



**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA
PRÁTICAS SOCIAIS, ORGANIZAÇÕES E CULTURA**

Maria Conceição Silva Cavalcante

**ENTRE TRONCOS, JACARÉS E LAGOA, VIVO MINHA INFÂNCIA DE BOA: A
EXPERIÊNCIA DOS PÁTIOS NATURALIZADOS NA REDE MUNICIPAL DE
FORTALEZA**

Santa Cruz do Sul

2026

Maria Conceição Silva Cavalcante

**ENTRE TRONCOS, JACARÉS E LAGOA, VIVO MINHA INFÂNCIA DE BOA: A
EXPERIÊNCIA DOS PÁTIOS NATURALIZADOS NA REDE MUNICIPAL DE
FORTALEZA**

Trabalho final apresentado ao Programa de Pós- Graduação em Psicologia – Mestrado Profissional, Área de Concentração em Saúde Mental e Práticas Sociais, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Dra. Cristiane Davina Redin Freitas.

Santa Cruz do Sul

2026

CIP - Catalogação na Publicação

Cavalcante, Maria Conceição Silva.

Entre troncos, jacarés e lagoa, vivo minha infância de boa: a experiência dos pátios naturalizados na rede municipal de Fortaleza / Maria Conceição Silva Cavalcante. – 2026.
85 f. : il. 29 cm.

Trabalho Final de Curso (Mestrado Profissional em Psicologia) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2026.

Orientação: Profa. Dra. Cristiane Davina Redin Freitas.

1. Educação Infantil. 2. Pátios Naturalizados. 3. Infância. 4. Espaços Educativos. 5. Práticas Sociais. 6. Desenvolvimento Infantil. I. Freitas, Cristiane Davina Redin. II. Título.

**Elaborada pelo Sistema de Gestão Automática de Ficha Catalográfica da UNISC
com dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Maria Conceição Silva Cavalcante

**ENTRE TRONCOS, JACARÉS E LAGOA, VIVO MINHA INFÂNCIA DE BOA: A
EXPERIÊNCIA DOS PÁTIOS NATURALIZADOS NA REDE MUNICIPAL DE
FORTALEZA**

Trabalho final apresentado ao Programa de Pós- Graduação em Psicologia – Mestrado Profissional, Área de Concentração em Saúde Mental e Práticas Sociais, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 24 / 04 / 2026.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra Cristiane Davina Redin Freitas (Orientadora)
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Profa. Dra. Sueli Salva
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Prof. Dr. Eduardo Steindorf Saraiva
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Esse estudo às crianças vou dedicar. Com elas
nós seguimos aprendendo A levar muito a
sério o seu brincar. Pois estão sempre se
desenvolvendo.

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a Deus por ter me permitido realizar o sonho de cursar um mestrado. Confesso que foi um grande desafio, cursar um mestrado que não era na área da educação embora tenha tantas afinidades com ela, em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, completamente desconhecida, mas Ele sempre esteve comigo e eu consegui seguir firme até aqui.

Em segundo lugar, eu agradeço a minha família, meus pais principalmente, por terem sido a base para que todos nós, os filhos da D. Glória e do Sr Edmilson (in memoriam) fossemos grandes pessoas e grandes profissionais, com princípios éticos inabaláveis em todas as esferas das nossas vidas.

Agora vou agradecer a minha turma do mestrado, a querida turma de 2024 e partindo deles farei os demais agradecimentos de uma forma que comecei a fazer a partir desse mestrado, dessa turma, do encantamento com as discussões das nossas aulas e com os temas fortes que cada um deles se propôs a trabalhar. Foi com essa turma, nas nossas aulas que nasceu uma inspiração, até então desconhecida, escrever rimas a partir das aulas, a partir de temáticas surgidas nas aulas, a partir dos temas dos meus colegas e de seus desafios. E com escritos rimados eu sigo com os demais agradecimentos.

Ao Artur vou sempre agradecer
O filão mais amado do mundo
Ele sempre me apoiou pra valer
Demonstrando um amor profundo

Márcio estava sempre do meu lado
Mandando força a todo momento
Paciente teve que ser um bocado
Pra minha sempre falta de tempo

Meus irmãos também inspiraram
Tem compromisso com educação
Em suas áreas todos se destacaram
Lá em casa isso tem sido tradição
E da minha orientadora vou falar

E como ela me chamou a atenção
E eu merecia, tenho que aceitar
Às vezes foco eu não tinha não

Por fim a todos os mestres agradecer
Todos tiveram sua grande contribuição
O trabalho foi muito difícil de fazer
Mas eles sempre aliviam o coração

RESUMO

Os primeiros anos de vida constituem um período fundamental para o desenvolvimento humano, no qual se estabelecem bases cognitivas, emocionais, sociais e culturais. Nesse contexto, a Educação Infantil assume papel estratégico ao oferecer experiências que favoreçam a exploração, as interações e o desenvolvimento integral da criança. Inserido na Linha de Pesquisa Práticas Sociais, Organizações e Cultura, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), este Trabalho Final apresenta uma pesquisa-intervenção que analisa o processo de implantação de pátios naturalizados em Centros de Educação Infantil (CEIs) da rede municipal de Fortaleza. A investigação, de abordagem qualitativa, foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas com técnicas da Secretaria Municipal de Educação e coordenadoras pedagógicas e professoras de dois Centros de Educação Infantil (CEIs), além de observação participante com crianças de turmas do Infantil III. O referencial teórico articula contribuições da Psicologia histórico-cultural e dos estudos sobre infância, espaço educativo e natureza, mobilizando autores como Vygotsky, Montessori, Malaguzzi, Louv e Horn. A pesquisa compreende o espaço como dimensão organizacional e cultural das práticas sociais na Educação Infantil, destacando o ambiente como elemento ativo na constituição das experiências infantis e na produção de sentidos no cotidiano institucional. Os resultados indicam que a implantação dos pátios naturalizados configura-se como inovação pedagógica e organizacional, capaz de promover experiências significativas, fortalecer vínculos com o mundo natural e ampliar o bem-estar infantil. A análise de conteúdo permitiu organizar os achados em três categorias centrais: o processo de implantação, o uso cotidiano dos pátios e a interação com a comunidade escolar, evidenciando também desafios relacionados à apropriação pedagógica e à sustentabilidade institucional da proposta. Como desdobramento interventivo, foi elaborado um produto técnico no formato de cartilha pedagógica, destinado a apoiar educadores na qualificação do uso desses espaços, reafirmando o compromisso do mestrado profissional com a transformação das práticas e a aplicabilidade social da pesquisa.

Palavras-chave: Educação Infantil; Pátios Naturalizados; Infância; Espaços Educativos; Práticas Sociais.

ABSTRACT

The first years of life constitute a fundamental period for human development, during which cognitive, emotional, social, and cultural foundations are established. In this context, Early Childhood Education assumes a strategic role by offering experiences that foster exploration, interactions, and the child's integral development. Embedded in the research line "Social Practices, Organizations, and Culture" of the Professional Graduate Program in Psychology at the University of Santa Cruz do Sul (UNISC), this Final Paper presents an intervention-research that analyzes the implementation process of naturalized playgrounds in Early Childhood Education Centers (CEIs) within the municipal school network of Fortaleza. This qualitative study was conducted through semi-structured interviews with technicians from the Municipal Education Department, pedagogical coordinators, and teachers from two Early Childhood Education Centers (CEIs), as well as participant observation with children from Infantil III classes. The theoretical framework articulates contributions from historical-cultural psychology and studies on childhood, educational space, and nature, drawing upon authors such as Vygotsky, Montessori, Malaguzzi, Louv, and Horn. The research understands space as an organizational and cultural dimension of social practices in Early Childhood Education, highlighting the environment as an active element in shaping children's experiences and producing meaning within institutional daily life. The results indicate that the implementation of naturalized playgrounds constitutes a pedagogical and organizational innovation capable of promoting meaningful experiences, strengthening bonds with the natural world, and enhancing children's well-being. Content analysis allowed the findings to be organized into three central categories: the implementation process, the daily use of the playgrounds, and the interaction with the school community, while also revealing challenges related to pedagogical appropriation and the institutional sustainability of the proposal. As an intervention outcome, a technical product was developed in the form of a pedagogical guidebook, designed to support educators in qualifying the use of these spaces, reaffirming the professional master's degree commitment to transforming practices and ensuring the social applicability of research.

Keywords: Early Childhood Education; Naturalized Playgrounds; Childhood; Educational Spaces; Social Practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Orégano na pizza	18
Figura 2 - O laguinho	22
Figura 3 - O preparo	36
Figura 4 - Fonte: A comida pronta	41
Figura 5 - O jacaré	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEI	Centro de Educação Infantil
COEI	Coordenadoria de Educação Infantil
CIP	Catálogo na Publicação
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NCPI	Núcleo Ciência pela Infância
PDF	Portable Document Format (Formato de Documento Portátil)
PMDE	Programa de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino
SME	Secretaria Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1	Desenvolvimento humano e infância	16
2.2	Educação infantil e direito à natureza	18
2.3	Organização dos espaços educativos	20
2.4	Pátios naturalizados	21
3	DESCRIÇÃO DA PESQUISA INTERVENÇÃO	26
3.1	Contexto da pesquisa: caracterização da rede municipal de ensino	27
3.2	Instrumentos de coleta de dados	28
3.3	Campo empírico e sujeitos da pesquisa	30
3.4	Triangulação de dados	33
3.5	Intervenção da pesquisa e reflexividade da pesquisadora	33
3.6	Entre encontros e vivências: análise das experiências nos pátios naturalizados	38
3.7	O processo de implantação dos pátios naturalizados	39
3.8	O uso dos pátios no cotidiano pedagógico	40
3.9	Interação com a comunidade escolar	43
4	DESCRIÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO	45
4.1	Estrutura e conteúdo programático do produto técnico	45
4.2	Vinculação com a pesquisa	45
4.3	Fundamentação teórica	45
4.4	Estrutura e organização do conteúdo	49
4.5	Características técnicas do produto	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	53
	ANEXOS	56
	ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	57
	APÊNDICES	62
	APÊNDICE A – ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	63

APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA SOBRE A CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM A IMPLANTAÇÃO E O USO DOS PÁTIOS NATURALIZADOS EM FORTALEZA	65
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	67
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA RESPONSABILIZADO	70
APÊNDICE E – PRODUTO TÉCNICO	73

1 INTRODUÇÃO

*Essa pesquisa não nasce de agora
Tal tema sempre me incomodava
Nos acompanhamentos de outrora
Pois espaços concepções revelava*

Esta pesquisa não nasce da leitura inicial de livros acadêmicos, ela teve seu início no chão das Unidades de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Fortaleza, a partir de uma trajetória profissional marcada pela docência, pela formação de professores e pelo acompanhamento pedagógico das instituições. Ao longo de mais de vinte e cinco anos de atuação, tornou-se recorrente a percepção de que os espaços físicos das instituições revelam concepções de criança, de infância e de educação, muitas vezes em contradição com os discursos pedagógicos defendidos nos documentos oficiais e na produção acadêmica contemporânea.

Nos meus primeiros anos como professora da rede municipal, chamou minha atenção a infraestrutura de muitas unidades escolares, frequentemente caracterizada por prédios deteriorados, ausência de áreas externas e salas superlotadas. Nesses contextos, as crianças permaneciam grande parte do tempo em espaços fechados, com poucas possibilidades de exploração, movimento e interação com o ambiente natural. Tal realidade evidenciava uma concepção de infância marcada pelo controle, pela contenção dos corpos e pela limitação das experiências, fenômeno que Léa Tiriba (2018) denomina de *emparedamento da infância*.

É fato que, no decorrer dos anos, muitas mudanças foram ocorrendo nas Unidades escolares. No entanto, as inquietações foram intensificadas quando assumi a função de formadora de professores. Ao percorrer as instituições da Rede Municipal, meu olhar, antes voltado primordialmente para as diretrizes pedagógicas, passou a se deter na materialidade dos espaços. Essa percepção vai ao encontro do que propõe Loris Malaguzzi (2015) ao definir o ambiente como o “terceiro educador”. Essa concepção afirma que o espaço não é um cenário passivo, mas um agente que, por meio de suas formas, cores e possibilidades de uso, comunica uma pedagogia e uma concepção de infância.

Nas visitas de acompanhamento, o que eu encontrava, muitas vezes, eram cenários que pareciam ignorar a intencionalidade educativa: ambientes áridos, excessivamente fechados e, como define a literatura contemporânea, 'emparedados', nos quais o brincar se restringia a brinquedos industrializados, com funções pré-determinadas. A natureza, quando presente, ocupava um lugar distante da experiência cotidiana das crianças. Esses contextos contrastam

com as concepções contemporâneas de infância, que reconhecem o brincar livre e o contato com a natureza como experiências essenciais para o desenvolvimento da autonomia, da criatividade, da curiosidade e da construção de sentidos sobre o mundo.

Os pátios escolares, espaços nos quais poderiam ocorrer ricas experiências de interação da criança com o meio, com os adultos e com seus pares, eram muitas vezes de concreto, cercados por grades ou muros altos, onde o brincar parecia confinado e a natureza era apenas uma moldura distante, quando existia. Tal realidade contrasta com o que defende Léa Tiriba (2018), que afirma que o “emparedamento” das infâncias, o confinamento delas em espaços institucionais limita os movimentos da criança e o seu contato com o mundo natural.

Ao ingressar no mestrado profissional, percebi que essas inquietações puderam encontrar respaldo teórico e científico, possibilitando que a experiência profissional e os incômodos que me visitavam com frequência se transformassem em objeto de investigação. Nesse contexto, o movimento da rede municipal de Fortaleza em direção à implantação dos pátios naturalizados revelou-se uma oportunidade de analisar não apenas uma mudança em espaços físicos já existentes, mas, sobretudo, as concepções de criança e de educação infantil que orientam a criação e o uso desses espaços.

Na rede Municipal de Fortaleza tem sido crescente as ações voltadas para o aumento do contato das crianças com a natureza, os pátios naturalizados representam uma dessas ações. Apesar disso, ainda são pouco compreendidas as concepções de infância que orientam a apropriação pedagógica desses espaços e os desafios enfrentados por educadores na sua utilização cotidiana. Tal lacuna, que representa o problema desta pesquisa, evidencia a necessidade de investigações que não se limitem à dimensão estética ou arquitetônica desses ambientes, mas que analisem criticamente seus fundamentos pedagógicos, suas formas de uso no cotidiano escolar e seus impactos nas interações, no brincar e no desenvolvimento infantil.

A proposta dos pátios naturalizados encontra sustentação nas reflexões de Richard Louv (2016), ao problematizar o distanciamento progressivo das crianças do ambiente natural e suas consequências para a saúde física, emocional e cognitiva, fenômeno denominado pelo autor como *transtorno de déficit de natureza*. Nesse sentido, a reconexão com a natureza não se configura apenas como uma escolha estética ou metodológica, mas como uma estratégia de promoção do bem-estar, da criatividade e do desenvolvimento integral das crianças.

Este estudo se insere no esforço de compreender a implantação dos pátios naturalizados e a organização dos espaços escolares não apenas como política de infraestrutura, mas como prática pedagógica e social, comprometida com o direito das

crianças à natureza, ao brincar e à participação ativa em ambientes que respeitem sua potência, criatividade e capacidade de produzir cultura. Os capítulos apresentados a seguir buscam articular, de forma integrada, os fundamentos teóricos, o percurso metodológico, a análise empírica e a proposição interventiva decorrente do estudo.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de implantação dos pátios naturalizados nos Centros de Educação Infantil de Fortaleza. De modo específico, busca examinar as concepções de infância, criança e Educação Infantil que orientaram o planejamento dessa implantação, investigar em que medida as vivências e experiências das crianças foram consideradas ao longo do processo e, a partir dos achados empíricos, elaborar uma cartilha direcionada aos educadores, com sugestões destinadas a potencializar o uso pedagógico dos pátios naturalizados nas unidades da rede municipal.

Para atingir os objetivos elencados o estudo adotou uma abordagem qualitativa, focando na construção de sentidos e significados, na busca de acessar os contextos nos quais os pátios estão sendo implantados e as concepções que estão envolvidas nessa implantação. O método qualitativo, parece o mais adequado ao levar a reflexões a ideia do espaço como componente curricular. A fim de entender os caminhos envolvidos na implantação e as concepções que norteiam o uso dos pátios foram realizadas entrevistas e observação participante nos Centros de Educação Infantil selecionados.

Acredita-se que os instrumentos de coleta utilizados se adequam à abordagem qualitativa e à natureza do fenômeno investigado. A utilização combinada desses instrumentos visou possibilitar uma compreensão ampliada e aprofundada do processo de implantação e uso dos pátios naturalizados, bem como das concepções de infância, criança e Educação Infantil que orientam essa proposta no contexto da rede municipal de Fortaleza.

A pesquisa foi desenvolvida em conformidade com os princípios éticos que regem a pesquisa com seres humanos, conforme as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), sob parecer nº 7.709.309, garantindo a observância dos preceitos de respeito, beneficência, não maleficência e justiça.

Todas as participantes foram previamente informadas acerca dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos de coleta de dados, dos possíveis riscos e benefícios envolvidos, bem como do caráter voluntário de sua participação. A adesão ao estudo ocorreu mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual foi assegurado o direito de recusa ou desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo de ordem profissional ou institucional.

Com vistas à preservação do anonimato e da confidencialidade das informações, os nomes das participantes foram substituídos por pseudônimos, e quaisquer dados que pudessem possibilitar sua identificação foram suprimidos ou generalizados no corpo do texto. Os registros em áudio, as transcrições e os diários de campo foram armazenados em ambiente digital seguro, de acesso restrito à pesquisadora, sendo utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

No que se refere às observações realizadas com as crianças, estas ocorreram em contextos coletivos e cotidianos dos Centros de Educação Infantil, sem qualquer intervenção direta ou exposição individualizada, respeitando-se a integridade física, emocional e simbólica dos sujeitos. A autorização institucional para a realização da pesquisa foi previamente obtida junto à Secretaria Municipal da Educação e às gestões das unidades escolares envolvidas, em consonância com os princípios éticos da pesquisa em contextos educacionais.

O estudo está dividido em 5 capítulos, que trazem todo o percurso da investigação e seus achados, articulando com o referencial teórico utilizado. No Capítulo 1, de caráter introdutório, apresenta-se a contextualização da pesquisa, explicitando as inquietações que a motivaram, o percurso profissional da pesquisadora, a problematização do emparedamento da infância e a emergência dos pátios naturalizados proposta pedagógica alinhada às concepções contemporâneas de criança, infância e Educação Infantil.

No Capítulo 2 são apresentados os pressupostos teóricos no qual se discutem os principais aportes conceituais que embasam a pesquisa. Esse capítulo está organizado em eixos temáticos que abordam o desenvolvimento humano e a infância na perspectiva histórico-cultural, a Educação Infantil como direito e como espaço de desenvolvimento integral, a organização dos espaços educativos a partir da noção do ambiente como terceiro educador.

O Capítulo 3 trata da descrição da pesquisa intervenção sistematizando os percursos percorridos para o desenvolvimento da proposta prática deste estudo. São explicitados os procedimentos adotados para a produção e análise dos dados, bem como o delineamento da intervenção construída a partir dos achados empíricos. O capítulo evidencia, assim, a articulação entre pesquisa e prática, característica do mestrado profissional, situando a proposta interventiva no contexto das práticas nas unidades de Educação Infantil.

No capítulo 4 será apresentado o artigo científico, resultado desta investigação, o qual foi submetido a um periódico especializado para publicação. O artigo compartilha o mesmo aporte teórico e os achados centrais discutidos ao longo deste trabalho. Nesse sentido,

informa-se ao leitor que este capítulo poderá apresentar redundâncias informacionais, uma vez que o formato de artigo exige a síntese dos fundamentos e resultados que sustentam a pesquisa em sua totalidade.

No Capítulo 5 é apresentado o produto técnico, concebido como um dispositivo de apoio à transformação das práticas sociais e organizacionais no cotidiano da Educação Infantil. Trata-se de uma cartilha pedagógica destinada a profissionais da rede municipal de Fortaleza, elaborada a partir dos achados empíricos e orientada à qualificação da apropriação dos pátios naturalizados como espaços culturais e institucionais de produção de experiências infantis. O capítulo descreve o processo de construção do material, sua estrutura e seus fundamentos teórico-práticos, evidenciando seu potencial para fortalecer práticas educativas comprometidas com o brincar, as interações e o direito das crianças à natureza, em articulação com a cultura organizacional das instituições escolares e com as políticas públicas voltadas à infância.

Por fim, o trabalho reúne as considerações finais, nas quais são retomados os principais achados da pesquisa, destacando-se as contribuições teóricas, metodológicas e práticas do estudo, assim como seus limites e potencialidades. Nesse capítulo, também se enfatiza o caráter inovador dos pátios naturalizados como política pública educacional e como prática pedagógica comprometida com o direito das crianças à natureza, ao brincar e à participação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento humano e infância

*A criança em desenvolvimento
Nos seus primeiros anos de vida
Educador precisa embasamento
A infância pra interação convida*

Os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento integral da criança, abrangendo dimensões cognitivas, motoras, emocionais e sociais. Trata-se do período de maior plasticidade cerebral, no qual a formação de conexões neurais é exponencialmente mais intensa do que em qualquer outra etapa da vida. A qualidade dos estímulos ambientais e das interações sociais é, portanto, crucial, pois se constitui o alicerce no qual todas as aprendizagens e comportamento futuro serão formados.

Nessa perspectiva o desenvolvimento humano é compreendido como um processo dinâmico, contínuo e multidimensional, resultado da interação entre fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Estudos recentes do Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância (NCPI) (2021) reforçam a importância dos primeiros anos de vida para a constituição de bases sólidas de aprendizagem e desenvolvimento, destacando que as experiências vividas na primeira infância têm efeitos duradouros sobre a saúde física, emocional e cognitiva.

As contribuições de Vygotsky (1998) são fundamentais para o entendimento sobre a complexidade e integralidade do desenvolvimento, considerando que, para o autor, o desenvolvimento cognitivo é inseparável do meio social e cultural. O ser humano se constitui por meio da internalização de instrumentos e signos culturalmente simbólicos, sendo a linguagem uma das principais ferramentas de mediação entre o indivíduo e o mundo, essencial para a formação das Funções Psicológicas Superiores, que são processos mentais, que não se desenvolvem apenas de forma biológica ou natural, mas são construídos historicamente e culturalmente por meio das relações sociais. Vygotsky (1998) as diferencia das funções elementares, ao ressaltar que elas não são apenas reflexos naturais ou reações imediatas.

A infância é vista portanto como uma etapa singular da vida, em que a criança deve ser reconhecida como sujeito ativo, social e histórico, capaz de produzir sentidos, interagir com o ambiente e construir conhecimentos de forma autônoma e criativa. Sarmiento (2005) afirma que a infância não é um fenômeno natural ou biológico, mas uma construção social e

histórica, sendo a criança um ator social, que participa ativamente da produção das culturas infantis e das relações sociais, não sendo apenas um ser em formação, mas um ser em si.

A perspectiva de Vygotsky (1998) corrobora essa visão ao postular que a criança se desenvolve por meio da interação social e da participação nas atividades culturalmente organizadas. É no convívio com parceiros mais experientes (adultos ou outras crianças) que a criança avança em seu desenvolvimento, transitando do nível de desenvolvimento real (o que ela consegue fazer sozinha) para o nível de desenvolvimento potencial (o que ela pode fazer com ajuda), através da chamada Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Portanto, a intervenção mediadora e o contexto cultural são cruciais para que a criança se aproprie dos conhecimentos e das ferramentas que a humanizam, transformando-se de um ser biológico em um ser social e cultural.

Ao incorporar elementos naturais, como árvores, galhos, arbustos, água, terra e pedras, os pátios buscam diminuir o uso de brinquedos plastificados e controlados. Eles funcionam como instrumentos culturais abertos, que exigem da criança maior mobilização da imaginação e da função simbólica, possibilitando à criança operar na ZDP, onde o real e o potencial se encontram. Além disso, o espaço físico é concebido como uma ferramenta pedagógica que traduz intencionalidades e possibilita interações potentes. A própria organização do ambiente, rica em texturas e desafios, atua como um convite constante para que a criança “avance” do que faz sozinha (Nível Real) para o que ela pode fazer com a mediação do meio ou de outro sujeito (Nível Potencial).

Nessa perspectiva, o pátio configura-se como um espaço culturalmente organizado que reúne tanto ferramentas (brinquedos, materiais, elementos naturais) quanto desafios (obstáculos, regras de brincadeiras), favorecendo que a criança, por meio da ação e da interação, realize tarefas que inicialmente só seriam possíveis em seu nível potencial, consolidando-as em seu nível real. A mediação, portanto, não se dá apenas pelo outro, mas também pelo próprio contexto rico em possibilidades que o pátio oferece.

Figura 1 - Orégano na pizza



Fonte: Acervo da pesquisadora.

2.2 Educação infantil e direito à natureza

A Educação Infantil, legalmente instituída como a primeira etapa da Educação Básica no Brasil, constitui-se como primeiro espaço formal de socialização para a maioria das crianças. Atualmente esta etapa de ensino, transcende o mero cuidado, configurando-se como um espaço estratégico para o desenvolvimento humano integral. Conforme sublinha Zabala (1998), as instituições de educação infantil constitui-se como um ambiente privilegiado de socialização, cuidado e aprendizagem, onde as crianças de 0 a 5 anos têm seus direitos garantidos (conforme estabelecido nas DCNEI e na BNCC).

A importância fundamental desta etapa reside no período de máxima plasticidade cerebral da Primeira Infância. É nesse contexto que as interações lúdicas e mediadas otimizam a formação de sinapses e a aquisição de funções psicológicas superiores (Vygotsky, 2018), estabelecendo a base cognitiva, social e emocional indispensável para o sucesso nas etapas seguintes da escolarização e para a plena participação social. O investimento na Educação Infantil não é apenas uma obrigação legal, mas uma alavanca para o desenvolvimento pleno do potencial da criança.

Embora atualmente a Educação Infantil seja reconhecida em sua importância no cenário educacional, sua trajetória foi marcada por profundas transformações. Durante muito tempo, prevaleceu uma perspectiva assistencialista, associada à caridade e ao higienismo, em que creches e instituições funcionavam mais como espaços de guarda do que como ambientes de aprendizagem (Kuhlmann Junior, 1998; Ariès, 1981). Esse modelo refletia uma visão da criança como objeto de proteção e controle social, vinculada à necessidade de disciplinar corpos e atender demandas do mercado de trabalho feminino emergente, mais do que à garantia de direitos.

A Constituição Federal de 1988, ao reconhecer a Educação Infantil como direito da criança e dever do Estado, ao garantir a universalização do atendimento, representa uma nova perspectiva nos estudos sobre esta etapa de ensino e sobre a criança. A Educação Infantil é retirada da esfera da assistência social e transferida para a área da Educação, deixando de ser vista como simples medida de caridade ou de proteção à mãe trabalhadora. Essa mudança exige que as instituições de Educação Infantil sejam concebidas e operadas sob uma ótica pedagógica, incorporando a dupla função de cuidar e educar. Kramer (2006) defende a integração entre as duas ações, defendendo que a dicotomia só existe porque historicamente as instituições de Educação Infantil estavam ligadas ao assistencialismo e não ao campo da Educação. Nessa perspectiva não é possível educar sem cuidar, e o cuidado, em um contexto educacional, sempre carrega uma dimensão formativa.

Ainda na perspectiva do reconhecimento da criança como sujeito de direitos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) consolidou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento integral nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Além do referido documento, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2010) aprofundaram esse entendimento, orientando a prática pedagógica a partir dos eixos das interações e das brincadeiras, e reconhecendo a criança como sujeito de direitos e protagonista de seu processo de aprendizagem. A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2028) trouxe avanços ao estabelecer os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiência, que reforçam a importância de ambientes ricos em interações, descobertas e vivências significativas.

É importante reconhecer a relevância do espaço escolar na perspectiva do desenvolvimento integral da criança. Boa parte das crianças passa a frequentar a escola nos primeiros anos de vida, tornando imprescindível que se reflita sobre os contatos com a natureza e outros espaços na educação Infantil. Rambo e Roesler (2021) ressaltam que a

escola torna-se espaço privilegiado para promover ações orientadas, que possibilitam momentos de encontro com a natureza, considerando o tempo de permanência diária da criança nesse espaço. A autora destaca ainda que a proximidade com elementos da natureza contribui para que a criança forme suas próprias ideias e hipóteses dos elementos que compõem a vida humana e planetária.

2.3 Organização dos espaços educativos

O espaço educativo é compreendido como elemento central na prática pedagógica, capaz de influenciar o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. Horn (2004) afirma que o espaço traduz intencionalidades pedagógicas, favorecendo ou limitando as interações e a autonomia infantil. Tal afirmação vai ao encontro do conceito de espaço como terceiro educador, concebido por Loris Malaguzzi (2015) em Reggio Emília, que conta com uma abordagem considerada uma das filosofias educativas mais inovadoras do mundo para a educação infantil. Reggio Emília é uma pequena cidade no norte da Itália, que logo após a Segunda Guerra Mundial, pais e educadores, liderados pelo pedagogo Loris Malaguzzi, decidiram reconstruir a sociedade a partir de uma educação que valorizasse a democracia e a liberdade.

Freire (2011) também ressalta a “pedagogicidade” do espaço, argumentando que a organização do ambiente pode promover práticas libertadoras ou reforçar estruturas de controle. Ambientes rígidos e homogeneizados tendem a limitar a criatividade e a autonomia das crianças, enquanto espaços flexíveis, dinâmicos e esteticamente agradáveis ampliam possibilidades de aprendizagem. Corroborando com essa ideia, Montessori (1987), por sua vez, defende a criação de ambientes preparados que respeitem o ritmo e a liberdade da criança, estimulando a aprendizagem ativa.

Ao falar de espaço, um conceito parece contribuir bastante com as reflexões, o de design sensorial. Feijão (2021) e Gonçalves (2018) destacam o papel do design sensorial na aprendizagem, demonstrando que estímulos ambientais (cores, texturas, iluminação, sons) afetam o cérebro, as emoções e os comportamentos. Bencke (2018) acrescenta ainda que a estética e a organização dos espaços contribuem para a motivação, a atenção e o bem-estar das crianças.

Seguindo o conceito de design sensorial, o espaço não é puramente funcional, ele dialoga com quem está nele. Em suma, o design sensorial humaniza o espaço educativo. Convergindo com Malaguzzi (2015), e o seu conceito de espaço como 'terceiro educador'

entende-se que o espaço desenvolvido na perspectiva do design sensorial fala uma linguagem que todos possam compreender.

Assim, pensar a organização dos espaços na educação infantil é repensar concepções de criança, infância e práticas pedagógicas, abandonando uma perspectiva apenas escolarizante em favor de práticas que valorizam as vivências e as produções das crianças. Conforme aponta Horn (2022), o espaço deve ser um lugar de experiências, o que exige uma organização que respeite o tempo e o ritmo das crianças. Essa configuração espacial está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIs), garantindo que o interagir e o brincar ocorram em territórios que promovam a reprodução interpretativa na qual, segundo Corsaro (2011), as crianças captam as informações do contexto no qual estão inseridas e as interpretam criativamente em sua cultura de pares. Assim, o ambiente deixa de ser neutro para se tornar um catalisador de autonomia, onde o arranjo físico provoca a curiosidade e valida o protagonismo infantil.

Horn (2022), corrobora com essa ideia ao afirmar que os ambientes podem facilitar o crescimento das crianças em todas as suas potencialidades, devendo responder às suas necessidades de se sentirem inteiras biológica e culturalmente. Especialmente na área externa as crianças podem criar, construir, desconstruir, brincar, transformar o impossível em possível. A autora destaca a importância dos espaços fora das paredes e muros, mas sem desconsiderar os demais espaços, afinal a criança aprende em todos os lugares da escola infantil. A ideia é focar nos espaços externos para reforçar a importância destes para a criança, entendendo que, por diversas vezes, eles não são vistos como espaços de aprendizagem.

2.4 Pátios naturalizados

Esta pesquisa, ao abordar a organização dos espaços na educação infantil, volta sua atenção para espaços ao ar livre, nos quais se prioriza a prática de atividades com elementos naturais em detrimento de brinquedos estruturados. Um dos espaços que vem ganhando destaque na Prefeitura de Fortaleza são os pátios naturalizados, que estão sendo implantados de forma gradativa nos Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Fortaleza/CE. São espaços implantados nas Unidades escolares que contam com elementos naturais como troncos de árvores, galhos, arbustos, areia, água, folhas e pedras. Tais elementos são distribuídos nos espaços a partir de discussões com a comunidade escolar e especialmente com as crianças, a fim de que o espaço seja pensado pelos e para seus usuários, fortalecendo o sentimento de pertencimento de todos.

A Secretaria da Educação iniciou a implantação dos referidos espaços em 2023 e já implantou 53 pátios naturalizados e está em processo de implantação de mais 47 espaços, totalizando 100 e abrangendo mais de 50% dos centros de educação infantil. O processo de implantação envolve diversas ações de preparação, como a elaboração pela arquiteta do projeto, tendo como base a escuta da comunidade escolar e o posterior levantamento de custos.

Nesse estudo a proposta foi estudar a implantação dos pátios naturalizados considerando as concepções de infância, criança e educação infantil que nortearam o planejamento e a implantação dos pátios naturalizados, tanto na Secretaria Municipal da Educação como nos Centros de Educação Infantil. O processo de implantação fundamenta-se na urgência do desemparedamento da infância, conceito definido por Lea Tiriba (2018) que compreende a criança como um ser biocultural que necessita do contato com a biodiversidade para o seu pleno desenvolvimento físico e simbólico.

Figura 2 - O laguinho



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Nesses espaços, a proposta é que os elementos naturais potencializam o brincar livre, a exploração sensorial e a interação das crianças com o meio ambiente. Ao substituírem os brinquedos estruturados, com funções definidas, por elementos orgânicos, esses espaços convidam à experiências ricas e à aventura, estimulando a criatividade e a resiliência, e reafirmando a natureza como um direito da infância e um agente de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

A proposta de implantação dos pátios naturalizados apresenta-se então, como uma ação inovadora em resposta ao processo de crescente urbanização e artificialização dos espaços destinados às crianças. Ofertar espaços naturais para a infância conversa com o conceito de desemparedamento. Carvalho (2001) enfatiza a importância do contato com a natureza para o desenvolvimento integral, propondo ambientes que ampliem o brincar livre e a exploração sensorial.

O movimento de resgate da brincadeira na natureza encontra profunda ressonância na teoria do Déficit da natureza de Louv (2016) que argumenta que o distanciamento progressivo das crianças do ambiente natural e o confinamento em espaços internos ou excessivamente estruturados resultam em consequências negativas para o desenvolvimento. O autor argumenta ainda que a ausência de contato com ambientes naturais pode limitar a criatividade das crianças, pois espaços internos e brinquedos estruturados oferecem pouca possibilidade de criação, ao contrário dos elementos naturais que oferecem a chance de a criança liberar a imaginação e criar brincadeiras as mais diversas, onde um galho pode ser uma varinha mágica, ou uma espada e areia pode ser farinha para preparo de bolo.

A importância do contato da criança com a natureza tem também sustentação nos benefícios para o desenvolvimento Integral da criança, pois o contato com o ambiente externo estimula não apenas o físico, mas também o cognitivo na resolução de problemas e na criatividade, além da interferência no campo emocional com foco na resiliência e no pertencimento. Além disso, ao oferecer materiais não-estruturados, há a priorização do brincar livre com autonomia e criatividade, em oposição aos brinquedos prontos e roteirizados.

Nessa perspectiva, o Instituto Alana difundiu, a partir de 2016, a proposta de parques e pátios naturalizados no Brasil, incorporando elementos como árvores, plantas, água, pedras e troncos, em substituição ao excesso de brinquedos industrializados e plastificados. Esse movimento conecta-se também à ideia de desplastificação da infância, que critica a padronização e artificialidade dos brinquedos e defende experiências mais autênticas com a

natureza. Tal ideia está em consonância com a Constituição Federal que afirma que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Este movimento é ancorado no princípio do desemparedamento, que trata da quebra das barreiras físicas e conceituais da sala de aula, que reconhece o ambiente externo como um espaço de aprendizagem privilegiado, que oferece uma complexidade sensorial e motora repleta de possibilidades. Enquanto os ambientes internos e artificiais tendem a impor rotinas e limitar a ação a brinquedos com função única, o ambiente natural estimula o brincar livre, autodirigido e de risco (Louv, 2016), essencial para o desenvolvimento da autonomia e do pensamento investigativo. De acordo com o autor, a riqueza de estímulos da natureza, a imprevisibilidade do clima, a variedade de texturas, a presença de vida e a constante mudança dos elementos, contrasta diretamente com a previsibilidade e a rigidez dos materiais plastificados, garantindo que a aprendizagem seja contextualizada, multifacetada e profundamente conectada à vida.

Louv (2016), ao discutir o “transtorno de déficit de natureza”, argumenta ainda que a ausência de contato com ambientes naturais pode limitar sua criatividade das crianças, visto que os espaços internos e brinquedos estruturados oferecem pouca possibilidade de criação, ao contrário dos elementos naturais que oferecem a chance de a criança liberar sua imaginação e criar brincadeiras as mais diversas.

Nesse sentido, os pátios naturalizados contribuem para o desenvolvimento da imaginação das crianças, para a sua autonomia, para o fortalecimento das relações sociais e para a promoção de valores ligados à sustentabilidade e ao cuidado com o meio ambiente. A implantação desses espaços em Centros de Educação Infantil, como ocorre em Fortaleza, representa inovação pedagógica que dialoga com as orientações da BNCC (Brasil, 2018), pois possibilita experiências vinculadas aos campos de experiência e promove o protagonismo infantil em situações de interação com a natureza.

Os pátios podem ser considerados uma inovação pedagógica por reforçar a ideia de ambiente natural como o “terceiro educador” (Malaguzzi, 2015), um agente ativo que provoca e media a aprendizagem. Além disso, os pátios também rompem a ideia de compartimentalização, que historicamente, separava o aprendizado formal (interno) da recreação (externa). A implantação dos pátios integra o ambiente externo como um espaço de aprendizagem intencional, onde o brincar é a principal linguagem de ensino, o que questiona a priorização da sala de aula e promove o desemparedamento de forma estrutural.

O pátio se torna, assim, um currículo em ação, onde a intencionalidade pedagógica reside em observar, documentar e potencializar as descobertas espontâneas da criança protagonista. Neste contexto, o educador não é visto como um transmissor de conteúdo, mas como um parceiro de pesquisa e mediador. Sua função central é a escuta atenta, a fim de potencializar cada vez mais o uso do espaço, partindo das demandas das crianças.

Nos pátios naturalizados, a ausência de brinquedos com uma única função estimula a imaginação, o pensamento divergente e a resolução de problemas. A exploração de materiais abertos (água, terra, gravetos) desafia a criança a criar novos usos, otimizando as funções cognitivas e sensoriais (Louv, 2016). Outro grande benefício desses espaços na primeira infância é que eles possibilitam a criação de consciência ambiental, que permite que a criança interaja, cuide e sinta a natureza nessa fase de máxima plasticidade, o que é fundamental para construir um vínculo afetivo com o planeta e sentimento de pertencimento, garantindo que o cuidado com o ambiente seja internalizado de forma ética e não apenas teórica.

Os elementos naturais instigam a percepção e a cognição de forma complexa, podendo ativar todos os sentidos simultaneamente. A criança explora o tato pela textura da casca de uma árvore ou a maleabilidade da lama, o olfato pelo cheiro da terra molhada, a audição pelo ruído do vento ou dos pássaros e a visão pela luz, sombra e cores.

A implantação desses espaços em Centros de Educação Infantil, como ocorre em Fortaleza, representa inovação pedagógica que dialoga com as orientações da BNCC (2018), pois possibilita experiências vinculadas aos Campos de Experiência e promove o protagonismo infantil em situações de interação com a natureza. Portanto, a inovação reside em transformar o espaço natural em um potente instrumento curricular que respeita a visão de criança ativa e competente preconizada pela BNCC.

3 DESCRIÇÃO DA PESQUISA INTERVENÇÃO

Este capítulo apresenta o percurso metodológico da presente pesquisa-intervenção, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), inserida na Linha de Pesquisa *Práticas Sociais, Organizações e Cultura*. Trata-se de uma investigação que compreende o espaço educativo não apenas como dimensão física ou arquitetônica, mas como elemento constitutivo das práticas sociais e da cultura institucional que atravessam o cotidiano da Educação Infantil.

A escolha pela pesquisa-intervenção fundamenta-se na compreensão de que, em contextos educacionais, produzir conhecimento implica também participar de processos de transformação da realidade investigada. Diferentemente de abordagens que se orientam por uma pretensa neutralidade, a pesquisa-intervenção reconhece que o pesquisador se insere no campo como sujeito implicado, atuando em uma relação dialógica com os participantes e com as instituições, construindo conhecimento a partir das experiências vividas e das demandas concretas do cotidiano (Minayo, 2014; Franco, 2020).

Nessa perspectiva, investigar os pátios naturalizados na rede municipal de Fortaleza significa analisar um processo organizacional e cultural em curso, no qual se articulam políticas públicas, concepções de infância, práticas pedagógicas e modos de gestão institucional. Assim, os pátios naturalizados são compreendidos como dispositivos que produzem deslocamentos nas formas de interação entre crianças, educadores e comunidade escolar, mobilizando novas práticas sociais no interior das organizações educativas.

Ao considerar a infância como construção social e cultural (Sarmiento, 2005; Corsaro, 2011), este estudo parte do entendimento de que as crianças não são apenas receptoras de práticas institucionais, mas sujeitos ativos, produtores de cultura e coautores dos espaços que habitam. Nesse sentido, a implantação dos pátios naturalizados convoca um reposicionamento da escola como território de experiências, no qual o brincar e as interações constituem eixos estruturantes do desenvolvimento infantil, conforme estabelecem as DCNEI e a BNCC.

A abordagem histórico-cultural de Vygotsky (1998) oferece suporte fundamental para compreender que o desenvolvimento humano ocorre por meio de processos de mediação social, nos quais o ambiente, os instrumentos culturais e as interações são elementos decisivos. Desse modo, o espaço escolar não é neutro: ele atua como mediador do desenvolvimento, favorecendo ou limitando possibilidades de exploração, imaginação, cooperação e autonomia.

Essa concepção dialoga com Malaguzzi (2015), ao definir o ambiente como “terceiro educador”, ou seja, como instância ativa que comunica valores, concepções e intencionalidades pedagógicas. Horn (2004) reforça que a organização do espaço expressa escolhas curriculares e institucionais, tornando-se componente central da cultura organizacional das instituições de Educação Infantil.

Assim, ao descrever os caminhos metodológicos desta pesquisa, busca-se evidenciar que a intervenção não se restringe à produção de um material técnico, mas constitui-se como processo ético, político e institucional de qualificação das práticas educativas e de fortalecimento do direito das crianças à natureza, ao brincar e à participação, em consonância com o princípio do desemparedamento da infância (Tiriba, 2018).

3.1 Contexto da pesquisa: caracterização da rede municipal de ensino

No contexto da Rede de Ensino de Fortaleza é importante compreender que esta rede é complexa, composta por grande diversidade arquitetônica e territorial, sendo a implantação dos pátios naturalizados um desafio. A rede conta com unidades construídas para fins educacionais, mas também com prédios até mesmo residenciais que passaram por adaptações para atender a demanda de uma determinada região e que muitas vezes não dispõem de áreas externas. Esse cenário evidencia que a transformação dos espaços depende não apenas de intervenções físicas, mas, sobretudo, de mudanças conceituais e atitudinais dos profissionais, alinhadas a uma visão de criança como sujeito histórico, social e protagonista de sua aprendizagem (Sarmiento, 2005).

Falar em mudanças atitudinais e concepções de criança parece bem adequado no percurso da presente pesquisa, visto que é possível encontrar rede, Unidades escolares com espaços bem reduzidos, mas nas quais as crianças vivenciam experiências ricas, interações potentes com os adultos e com seus pares, dentro das limitações que são postas pelo espaço físico. Por outro lado, é comum encontrar Unidades escolares com amplo espaço externo, com inúmeras possibilidades a serem vividas, mas nas quais as crianças passam o dia em suas salas de aula, emparedadas.

As situações acima são decorrentes da grande diversidade da Rede de ensino de Fortaleza, pois trata-se de uma rede de ensino que conta com mais de 600 Unidades Escolares. No que se refere especificamente à Educação Infantil, a rede conta com 190 Centros de Educação Infantil (CEIs) e 132 creches parceiras, além de 135 escolas que atendem pré-escolas, totalizando 457 Unidades escolares que ofertam essa etapa de ensino. Os

dados apresentados são importantes para fomentar reflexões sobre a heterogeneidade na organização dos espaços existentes na rede de ensino e o melhor uso que se pode fazer de cada um desses espaços, respeitando também as limitações de algumas instituições que, por exemplo não contam com nenhum espaço ao ar livre, mas que, por contarem com profissionais com uma concepção de criança protagonista, oferecem experiências ricas dentro das possibilidades que seus espaços oferecem.

Como afirmam Sarmento (2005) e Corsaro (2011), as práticas educativas são sempre atravessadas por concepções culturais de infância, que se materializam nos espaços, nas rotinas e nas relações. Dessa forma, a transformação dos pátios implica também transformar modos de conceber o corpo infantil, o brincar e a presença da natureza no cotidiano escolar.

3.2 Instrumentos de coleta de dados

Os dados foram coletados a partir de dois instrumentos, entrevistas semiestruturadas e observação participante. O primeiro instrumento, foi a entrevista semiestruturada, elaborada com o objetivo de apreender as concepções, percepções, sentidos e experiências das profissionais diretamente envolvidos no processo de implantação e utilização dos pátios naturalizados. A escolha pela entrevista semiestruturada justifica-se por oferecer a possibilidade ao pesquisador de acessar representações, crenças, valores e significados atribuídos pelas participantes ao fenômeno investigado, o que converge com Minayo (2014), que ressalta a importância de dar visibilidade aos temas que emergem ao longo da interação.

O roteiro da entrevista foi organizado em blocos temáticos inter-relacionados, construídos a partir dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico mobilizado, especialmente no que se refere às concepções contemporâneas de infância, ao espaço educativo como “terceiro educador” (Malaguzzi, 2015) e ao brincar na natureza como eixo estruturante do desenvolvimento infantil (Louv, 2016; Tiriba, 2018).

As questões foram formuladas de modo a favorecer narrativas abertas e reflexivas, estimulando as participantes a relatarem experiências concretas do cotidiano, exemplos situados de práticas pedagógicas e os significados atribuídos à proposta dos pátios naturalizados. Buscou-se evitar perguntas fechadas ou excessivamente direcionadoras, priorizando enunciados que possibilitassem a emergência de núcleos de sentido relacionados às concepções de infância, às práticas institucionais e às transformações observadas nos espaços escolares. Dessa forma, o roteiro funcionou como um guia orientador da conversa, e não como um instrumento rígido, permitindo que novas questões fossem incorporadas ao

longo das entrevistas, conforme sua pertinência para o problema de pesquisa e para os objetivos do estudo.

O roteiro de entrevista foi aplicado junto a duas técnicas da Secretaria Municipal da Educação, que fazem parte da equipe responsável pela concepção pedagógica e arquitetônica dos pátios naturalizados, às coordenadoras pedagógicas dos Centros de Educação Infantil selecionados e a uma professora que participou diretamente do processo de implantação. As entrevistas foram realizadas em ambiente previamente acordado com as participantes, gravadas em áudio mediante autorização e posteriormente transcritas na íntegra para fins de análise, assegurando a fidedignidade dos registros e a preservação das nuances discursivas relevantes para o processo interpretativo. O roteiro completo das entrevistas encontra-se apresentado no Apêndice A, conforme orientação metodológica.

Como segundo instrumento de coleta de dados, foi utilizada a observação participante, compreendida não apenas como um procedimento de registro, mas como uma estratégia de imersão no cotidiano escolar, permitindo ao pesquisador acompanhar, de modo próximo e sistemático, as dinâmicas que se produzem nos pátios naturalizados e os modos como as crianças e os adultos se apropriam desses espaços. Essa opção metodológica fundamenta-se na perspectiva de Angrosino (2009), que entende a observação participante como um recurso privilegiado para captar dimensões não verbais, dinâmicas coletivas e elementos do contexto que dificilmente emergiriam apenas por meio das entrevistas.

Durante as observações, foi utilizado um diário de campo, no qual foram registrados, de forma descritiva e reflexiva, os comportamentos das crianças, as formas de exploração dos elementos naturais, as interações entre pares e entre crianças e adultos, bem como os usos espontâneos e ressignificados dos materiais disponíveis nos pátios. Os registros foram orientados por um roteiro para observação participante, que continha aspectos previamente definidos a serem observados, com vistas a obter elementos que possibilitassem compreender quais concepções de criança e de infância se expressavam nos momentos cotidianos de uso do espaço, bem como a postura dos educadores frente às experiências vivenciadas pelas crianças.

As visitas de observação foram realizadas em dois Centros de Educação Infantil da rede municipal de Fortaleza que implantaram pátios naturalizados entre os anos de 2023 e 2024, com foco em turmas de Infantil III, escolhidas em função do desenvolvimento mais avançado da linguagem oral nessa faixa etária, o que possibilita um olhar mais rico sobre as interações sociais, o brincar simbólico e os processos de negociação entre as crianças. Essa escolha dialoga com a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1998), segundo a qual a

linguagem e a interação social ocupam papel central no desenvolvimento das funções psicológicas superiores e na constituição da subjetividade infantil.

Os registros obtidos por meio da observação participante foram posteriormente articulados com os dados provenientes das entrevistas, em um processo de triangulação de dados, buscando ampliar a consistência interpretativa dos achados e aprofundar a compreensão sobre os efeitos dos pátios naturalizados nas práticas pedagógicas, nas interações sociais e nas experiências lúdicas das crianças. Esse procedimento permitiu não apenas descrever o funcionamento dos espaços, mas analisar como eles são apropriados, negociados e ressignificados no cotidiano escolar, evidenciando a articulação entre intencionalidade institucional, práticas docentes e protagonismo infantil.

3.3 Campo empírico e sujeitos da pesquisa

O campo empírico desta pesquisa-intervenção constituiu-se a partir de diferentes níveis institucionais envolvidos no processo de implantação dos pátios naturalizados na rede municipal de Fortaleza, compreendendo tanto a instância central de formulação da política pública quanto os contextos cotidianos nos quais os espaços são vividos e ressignificados por crianças e educadores. Essa escolha metodológica fundamenta-se na compreensão de que práticas educativas são também práticas sociais e organizacionais, produzidas na articulação entre discursos institucionais, decisões de gestão e experiências concretas no interior das unidades escolares, em consonância com a Linha de Pesquisa *Práticas Sociais, Organizações e Cultura*.

No âmbito da Secretaria Municipal da Educação, responsável pela implantação dos espaços, foram selecionadas duas técnicas da Coordenadoria da Educação Infantil que estiveram diretamente envolvidas na concepção e implantação dos pátios. As duas são lotadas na Célula de Currículo, sendo uma pedagoga que contribuiu para a fundamentação teórica e da operacionalização do processo e uma arquiteta, que trabalha o projeto de cada pátio, com base na demanda da comunidade escolar e especialmente das crianças. Conforme destaca Minayo (2014), em pesquisas qualitativas, a definição dos participantes não se orienta por critérios de representatividade estatística, mas pela relevância dos sujeitos enquanto portadores de experiências, sentidos e saberes situados acerca do fenômeno investigado.

A ideia de entrevistar a arquiteta não fazia parte do planejamento inicial, porém a partir das leituras, ficou mais claro o quanto o espaço e a sua organização são fundamentais para as interações que se estabelecem no cotidiano das unidades escolares. Diante disso,

entrevistar a responsável pelo projeto arquitetônico dos pátios parecia uma ideia acertada por ser uma profissional que poderia trazer elementos não presentes nas falas das técnicas que estudaram a infância na perspectiva da educação.

Além das técnicas, foram entrevistadas também as coordenadoras dos dois Centros de Educação Infantil selecionados, que contribuíram com suas experiências diretamente com as crianças, com as profissionais da Unidade, com as famílias e com toda a comunidade escolar. As duas Coordenadoras conduziram o trabalho de implantação dos espaços desde o início em reuniões e encontros formativos com a SME e posteriormente nas suas próprias instituições. Foi importante a escolha de CEIs que permaneceram com a mesma coordenadora desde o início do processo.

No decorrer da pesquisa, a partir de uma conversa, foi informado que a professora do Infantil IV de uma das Unidades era a então gerente da Célula de Currículo da Educação Infantil, durante o processo de implantação dos 53 primeiros pátios. Ela coordenou o processo enquanto estava na SME e atualmente está lotada no CEI, o que permite que ela tenha uma visão ampla do processo, por ter vivido a perspectiva de quem pensou a política e hoje estar fazendo uso diretamente dela, por esse motivo ela foi incluída como entrevistada.

As entrevistas permitiram compreender concepções, desafios e expectativas das profissionais envolvidos. O roteiro contemplou temas relacionados às concepções de infância, justificativas para a criação dos pátios, resistências enfrentadas, impactos percebidos no brincar e na aprendizagem e relação com as famílias. A escolha desse tipo de entrevista segue Minayo (2014), que conceitua o método qualitativo como aquele que se aplica ao estudo das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, sendo a entrevista um instrumento fundamental para capturar os significados atribuídos pelos participantes.

Além das experiências relatadas pelas técnicas e coordenadoras, destaca-se que a implantação dos pátios naturalizados na rede municipal de Fortaleza encontra-se fundamentada no documento norteador da Secretaria Municipal da Educação, que, embora não tenha sido publicado sistematiza princípios pedagógicos, orientações organizacionais e diretrizes para a implantação e uso desses espaços. O material evidencia que os pátios naturalizados constituem uma política em consolidação, articulando práticas sociais, gestão escolar e concepções contemporâneas de infância no âmbito da rede municipal.

Ainda como parte da pesquisa de campo, foram realizadas observações em dois Centros de Educação Infantil (CEIs) da rede municipal de Fortaleza que implantaram pátios naturalizados entre os anos de 2023 e 2024, o CEI JH e CEI ML, os quais foram escolhidos por terem implantado os espaços entre os anos de 2023 e 2024 e por terem sido espaços de

referência durante o processo de implantação. Outro critério de inclusão foi a existência de turmas de Infantil III nos dois CEI, idade escolhida, devido ao desenvolvimento da linguagem oral mais avançada entre as crianças atendidas, o que possibilita ao pesquisador um olhar mais rico sobre as interações existentes nos espaços.

As visitas foram orientadas pela técnica da observação participante, compreendida não apenas como um procedimento de registro, mas como uma estratégia de imersão no cotidiano escolar, permitindo ao pesquisador acompanhar, de modo próximo e sistemático, as dinâmicas que se produzem nos pátios naturalizados. Nessa perspectiva, buscou-se observar como as crianças se movimentam, exploram os elementos naturais, constroem brincadeiras, estabelecem interações entre pares e com os adultos, bem como os modos como ressignificam os materiais disponíveis de forma espontânea e criativa.

Nas visitas para a observação participante, a intenção era registrar comportamentos, formas de exploração dos elementos naturais, interações entre pares e adultos, e usos espontâneos dos materiais, além de observar as interações dos adultos, a fim de perceber a postura dos educadores frente às experiências vivenciadas. A técnica segue os princípios de Angrosino (2009), que entende a observação participante como estratégia para captar dimensões não verbais, dinâmicas coletivas e elementos do contexto que não emergiriam apenas por entrevistas.

Os registros obtidos por meio da observação foram articulados com os dados das entrevistas, buscando ampliar a consistência interpretativa dos achados e aprofundar a compreensão sobre os efeitos dos pátios naturalizados nas práticas pedagógicas, nas interações sociais e nas experiências lúdicas das crianças. O procedimento permitiu não apenas descrever o funcionamento dos espaços, mas analisar como eles são apropriados, negociados e ressignificados no cotidiano escolar.

Do ponto de vista teórico, a escolha por observar as crianças no pátio, articula-se à abordagem histórico-cultural de Vygotsky (1998), para quem o desenvolvimento se constitui nas interações mediadas socialmente, sendo o brincar um território privilegiado de internalização de signos e produção simbólica. Além disso, compreende-se, com Corsaro (2011), que as crianças não apenas reproduzem práticas sociais adultas, mas reinterpretam criativamente o mundo, produzindo culturas de pares no interior das instituições educativas.

Nesse cenário, o campo empírico e os sujeitos desta pesquisa foram definidos de modo a possibilitar uma análise situada e institucional do fenômeno investigado, considerando os pátios naturalizados como espaços organizacionais e culturais nos quais se articulam políticas públicas, concepções de infância e práticas pedagógicas. Ao integrar diferentes níveis de

participação, desde a gestão central, coordenação escolar, docência até as experiências infantis, buscou-se compreender os pátios naturalizados como prática social em construção, atravessada por disputas de sentidos, mediações institucionais e protagonismo infantil.

3.4 Triangulação de dados

A análise dos dados foi orientada pela estratégia de triangulação metodológica, compreendida como o uso articulado de múltiplas fontes de informação com o objetivo de ampliar a profundidade interpretativa e a validade interna do estudo. Nesta pesquisa, a triangulação envolveu o cruzamento entre os dados provenientes das entrevistas semiestruturadas com técnicas da Secretaria Municipal da Educação, coordenadoras pedagógicas e professora, e os registros produzidos por meio da observação participante com turmas de Infantil III nos Centros de Educação Infantil investigados.

Essa estratégia possibilitou confrontar as intencionalidades políticas, pedagógicas e arquitetônicas expressas nas falas das gestoras e técnicas com as práticas efetivamente observadas no cotidiano dos pátios naturalizados, permitindo identificar convergências, tensões e dissonâncias entre o discurso institucional e a prática pedagógica. Ao articular diferentes perspectivas e níveis de análise, a triangulação contribuiu para uma compreensão mais complexa e situada do fenômeno estudado, evitando interpretações unilaterais ou excessivamente dependentes de uma única fonte de dados.

A triangulação também favoreceu a consistência interpretativa dos achados, ao permitir que categorias analíticas emergentes das entrevistas fossem confirmadas, aprofundadas ou problematizadas à luz dos registros de observação. Desse modo, foi possível compreender não apenas como os pátios naturalizados são concebidos e narrados pelas profissionais, mas como são efetivamente apropriados, negociados e ressignificados no cotidiano escolar por crianças e educadores, evidenciando a articulação entre concepções de infância, organização do espaço e práticas pedagógicas.

3.5 Intervenção da pesquisa e reflexividade da pesquisadora

Com base nos achados da pesquisa fica evidente que a produção do conhecimento em estudos qualitativos não se dá de forma neutra ou desvinculada da trajetória, das experiências e das posições ocupadas pelo pesquisador no campo investigado. Nessa perspectiva, adota-se o princípio da reflexividade, compreendido como um exercício contínuo de análise crítica

sobre os modos pelos quais a história pessoal, a inserção institucional e as concepções teóricas da pesquisadora influenciam tanto o acesso ao campo quanto a interpretação dos dados (Minayo, 2014; Franco, 2020).

A pesquisadora possui uma trajetória profissional de mais de vinte e cinco anos na rede municipal de ensino de Fortaleza, com atuação na docência, na formação de professores e no acompanhamento pedagógico de instituições de Educação Infantil, incluindo a experiência direta na Secretaria Municipal da Educação. Essa inserção prévia no campo empírico constituiu, simultaneamente, uma potencialidade e um desafio metodológico. Por um lado, favoreceu o acesso às instituições, às gestoras e às técnicas envolvidas no processo de implantação dos pátios naturalizados, bem como a compreensão aprofundada das dinâmicas institucionais, das políticas públicas educacionais e das especificidades da rede municipal. Por outro lado, exigiu um esforço sistemático de distanciamento analítico, de modo a evitar leituras naturalizadas, vieses interpretativos ou a sobreposição de julgamentos profissionais às análises científicas.

Ciente dessa dupla condição, de pesquisadora e, ao mesmo tempo, de profissional historicamente vinculada ao campo, buscou-se adotar uma postura reflexiva ao longo de todo o percurso investigativo, problematizando continuamente as próprias percepções, expectativas e implicações subjetivas diante do fenômeno estudado. Esse movimento incluiu a manutenção de registros reflexivos no diário de campo, nos quais, além das descrições das situações observadas, foram anotadas impressões, sentimentos, tensões e questionamentos suscitados pela imersão no cotidiano dos pátios naturalizados, possibilitando a diferenciação entre dados empíricos e interpretações pessoais.

No processo de realização das entrevistas, a reflexividade também se fez presente por meio da atenção às assimetrias de poder e às relações prévias estabelecidas com algumas das participantes, uma vez que a pesquisadora já havia ocupado, em outros momentos, posições institucionais de coordenação e formação. Buscou-se, nesse sentido, construir um espaço dialógico, baseado na escuta sensível, no respeito mútuo e na valorização das narrativas das entrevistadas, evitando conduções diretivas ou a validação prévia de determinadas concepções. Essa postura dialoga com a perspectiva da pesquisa qualitativa como prática ética e política, que reconhece os participantes como coautores da produção de sentidos (Minayo, 2014).

Nesse sentido, a intervenção não se limitou à coleta passiva de dados. Durante a realização das entrevistas semiestruturadas, ao surgirem questões sobre a manutenção e uso dos pátios, foram realizadas reflexões em conjunto sobre a importância do espaço como

política pública, ressaltando a necessidade de manutenção sistemática. Essa postura dialógica permitiu que o momento da entrevista se tornasse também um espaço de troca de saberes.

A reflexividade também orientou o processo de análise dos dados, especialmente na identificação das temáticas recorrentes e na construção das categorias temáticas, conforme proposto por Franco (2020). Procurou-se confrontar constantemente as interpretações emergentes com o material empírico bruto, com o referencial teórico e com os registros da observação participante, em um movimento de ida e volta entre dados e teoria, a fim de minimizar projeções subjetivas e fortalecer a consistência analítica dos achados.

Outra intervenção realizada na interação com as técnicas foi no sentido de refletir junto com a entrevistada sobre a presença do parquinho no mesmo espaço que o pátio, ponderando sobre a existência de brinquedos estruturados do parque, visto que, por exemplo um escorregador e um balanço, embora muito apreciados pelas crianças, tem suas funções definidas em si, limitando a amplitude do brincar. Por outro lado, elementos naturais não estruturados oferecem possibilidades polissêmicas, pois enquanto um escorregador serve predominantemente para escorregar, um tronco cortado em formato de bolacha não possui um fim em si mesmo. Ele é um objeto aberto que pode servir como um degrau estratégico para alcançar um galho mais alto, transformar-se em um banco, em um prato em uma brincadeira de faz-de-conta ou em um marco de um caminho imaginário.

Desse modo, a explicitação da posição da pesquisadora no campo e de seus atravessamentos subjetivos não é compreendida como fragilidade metodológica, mas como elemento de rigor científico, na medida em que torna visíveis as condições de produção do conhecimento e amplia a transparência do percurso investigativo. Ao reconhecer-se como parte constitutiva do processo de pesquisa, a autora reafirma o compromisso com uma análise ética, situada e teoricamente fundamentada, coerente com os pressupostos da abordagem qualitativa e com os objetivos do Mestrado Profissional em Psicologia.

Durante as observações foram realizadas intervenções junto às crianças quando surgiam pequenos conflitos, principalmente por disputa de objetos, a fim de auxiliar a assistente de educação infantil. As intervenções ocorriam quando as crianças viam na figura da pesquisadora um adulto que poderia estar ajudando a resolver o pequeno conflito como uma tomada de brinquedos e se davam no sentido de ver se a criança poderia se interessar por outro objeto naquele momento, ou aguardar enquanto o colega cedia o item desejado.

Outros momentos de intervenção ocorreram durante o preparo das receitas, ao passo em que as crianças se dirigiam à pesquisadora com indagações sobre suas preferências culinárias. Além de responder, foi também perguntado sobre os ingredientes que as crianças

utilizavam para o preparo das receitas e sobre o sabor que elas tinham, levando as crianças a soltarem a imaginação para falar sobre o preparo, como uma criança que explicou detalhadamente com preparou um suco de morango do amor.

Figura 3 - O preparo



Fonte: Acervo da pesquisadora.

A intervenção também se deu como desdobramento direto dos resultados empíricos e das análises realizadas ao longo do estudo. A investigação evidenciou que a implantação dos pátios naturalizados nos Centros de Educação Infantil da rede municipal de Fortaleza configura-se como uma inovação pedagógica significativa. Esta inovação está alinhada às concepções contemporâneas de infância, criança e educação infantil, que veem a criança como sujeito de direitos e valorizam o protagonismo infantil. Entretanto, os dados produzidos por meio das entrevistas e da observação participante indicaram a existência de

desafios relacionados à apropriação pedagógica desses espaços por parte de algumas profissionais, especialmente no que se refere à intencionalidade das práticas, à mediação adulta e à compreensão do pátio como espaço curricular.

A análise dos dados da pesquisa revelou que a manutenção do espaço e dos materiais que compõem os pátios naturalizados, como troncos, areia, sementes e folhagens, representa o maior desafio para as instituições, uma vez que os referidos materiais por serem vivos e dinâmicos, apresentam um desgaste natural maior que objetos de plástico e metal, o que exige reposição constante e aporte financeiro. A manutenção contínua destes espaços constitui avanço significativo na garantia do direito ao brincar e à natureza e exige uma logística de reposição que às vezes as unidades centrais nem sempre conseguem suprir com a agilidade necessária.

Diante desse cenário, e favorecida pela minha inserção profissional como Coordenadora de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação (COEI) durante o período de escrita deste trabalho final, a proposta de intervenção foi direcionada para as ações voltadas para o repasse de recurso para a manutenção dos pátios, desde o planejamento, a aprovação até a execução. A proposta consiste em assegurar que cada Centro de Educação Infantil (CEI) receba um recurso do Programa de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (PMDE) destinado exclusivamente à gestão e conservação do pátio naturalizado.

A proposta de repasse de recursos para os 53 Centros de Educação Infantil contou com três etapas:

1. Realização de visitas às instituições: visitas para identificar as necessidades específicas de cada Unidade com elaboração de relatórios que apontaram as principais linhas, nas quais a Coordenadoria deveria trabalhar.
2. Planejamento estratégico e financeiro: Estudo dos materiais que necessitam de reposição ou reparo e cotação de preços para fundamentar o valor do repasse, garantindo a viabilidade econômica da proposta.
3. Delineamento de Diretrizes: Elaboração de orientações técnicas e pedagógicas encaminhadas aos gestores para a execução dos recursos, com a ideia de que manutenção dos pátios não é um simples encargo administrativo, mas uma decisão que envolve uma dimensão ética de cuidado com o cotidiano escolar.

A intervenção revela-se viável e benéfica para as instituições por estar fundamentada em três pilares:

1. A agilidade com a descentralização dos recursos - Ao propor autonomia para a gestão escolar, a Unidade não fica dependendo da secretaria para compras ou reparos, podendo responder prontamente às necessidades de manutenção (como a troca da areia, o tratamento de troncos ou a substituição de mudas), evitando que o espaço se degrade por entraves burocráticos de processos licitatórios centralizados.
2. Fortalecimento da economia local: a Unidade escolar pode contratar serviços e adquirir insumos de fornecedores da própria comunidade, o que também pode criar uma rede de apoio em torno da preservação do espaço.
3. Segurança e qualidade pedagógica: a Celeridade que a descentralização possibilita permite que os espaços permaneçam além de esteticamente convidativos para as crianças, seguros evitando que os desgastes naturais se tornem riscos físicos ou barreiras para o protagonismo infantil.

A partir dessa perspectiva, a intervenção deixa de ser uma ação isolada de reparo para se tornar uma política pública de gestão, onde o envio do recurso financeiro é o instrumento que viabiliza a permanência da concepção pedagógica do projeto. Trata-se de uma ação que visa assegurar que os pátios não sejam uma experiência efêmera, mas um direito mantido pela eficiência administrativa e pelo compromisso com a qualidade do ambiente escolar.

3.6 Entre encontros e vivências: análise das experiências nos pátios naturalizados

Este item apresenta e discute os resultados da pesquisa, a partir da análise do material empírico produzido por meio de entrevistas semiestruturadas com técnicas da Secretaria Municipal da Educação, coordenadoras pedagógicas e professora de Centros de Educação Infantil, bem como dos registros oriundos da observação participante realizada em turmas de Infantil III em dois CEIs da rede municipal de Fortaleza.

A análise foi conduzida segundo a técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Franco (2020), com a identificação de temáticas extraídas tanto das narrativas das participantes quanto dos episódios registrados nos diários de campo. A incorporação sistemática dos registros observacionais possibilitou acessar não apenas os discursos institucionais sobre os pátios naturalizados, mas também as práticas efetivamente produzidas no cotidiano escolar, ampliando a consistência interpretativa dos achados.

A triangulação entre entrevistas, observação participante e diário de campo permitiu compreender como as concepções de infância, criança e Educação Infantil se expressam nos processos de implantação e uso dos pátios naturalizados, evidenciando aproximações, tensões

e deslocamentos entre intencionalidades pedagógicas e práticas institucionais. A partir desse movimento analítico, os dados foram organizados em três categorias centrais:

- (a) o processo de implantação dos pátios naturalizados;
- (b) o uso dos pátios no cotidiano pedagógico;
- (c) a interação com a comunidade escolar.

3.7 O processo de implantação dos pátios naturalizados

A análise das entrevistas indica que a implantação dos pátios naturalizados não se configurou como uma ação restrita à dimensão arquitetônica ou estrutural, mas como um processo que implicou a revisão de concepções historicamente consolidadas acerca da infância, do brincar e do papel do espaço na Educação Infantil.

Uma temática recorrente refere-se às resistências iniciais manifestadas por profissionais da rede, especialmente em relação à retirada de brinquedos industrializados e à introdução de elementos naturais. A arquiteta da Secretaria Municipal da Educação relata: “Eu não entendia porque ia tirar os brinquedos de plástico. Para mim, aquilo parecia um retrocesso. Depois das formações e de estudar mais sobre infância, eu mudei completamente meu olhar”. (Arquiteta P).

Essa fala evidencia um deslocamento conceitual que permite compreender a passagem de uma leitura funcional do espaço para uma concepção pedagógica ampliada, alinhada à noção de ambiente como “terceiro educador”, conforme proposta por Malaguzzi (2015). O espaço deixa de ser compreendido como cenário neutro para assumir estatuto de elemento comunicador de valores, concepções de infância e intencionalidades educativas.

Moura (2025) ressalta que, ao abordar os espaços físicos, torna-se evidente o papel do arquiteto-educador, cuja função extrapola o desenho técnico e assume caráter pedagógico. As estruturas concebidas para a infância devem favorecer a mobilidade livre e segura, contemplando rampas acessíveis, nichos acolhedores e janelas à altura dos olhos infantis. Assim, a arquitetura se converte em linguagem silenciosa que comunica acolhimento, pertencimento e possibilidades de ação.

Outro eixo analítico central refere-se à formação continuada dos profissionais. As coordenadoras pedagógicas destacam que a implantação dos pátios exigiu acompanhamento formativo sistemático, voltado à resignificação das práticas pedagógicas e à compreensão do pátio como espaço curricular: “Não é só implantar, eu também preciso formar essa pessoa. Se não tiver formação, não vai servir”. (técnica P).

Essa ideia reforça que a inovação pedagógica não se sustenta exclusivamente por mudanças materiais, mas depende de transformações nas concepções e nos modos de atuação dos sujeitos, conforme discutido por Horn (2022) ao tratar da organização do espaço como expressão de intencionalidade pedagógica.

A escuta das crianças emergiu como princípio estruturante do processo de implantação. As entrevistadas relatam que os projetos dos pátios foram elaborados a partir das referências simbólicas e culturais das crianças: “Nenhum pátio é igual ao outro, porque tem pedidos diferentes das crianças.” (entrevistada C). Tal prática evidencia o reconhecimento da criança como produtora de cultura e coautora do espaço educativo, em consonância com Sarmento, e aproxima-se da pedagogia da escuta defendida por Malaguzzi (2015), na qual ouvir a criança constitui um posicionamento ético e político.

Os desafios operacionais também foram recorrentes nas falas, especialmente no que se refere à manutenção dos materiais naturais: “Precisa de manutenção financeira, porque é material natural, tem desgaste.” (Arquiteta P). Esse dado evidencia a necessidade de institucionalização da proposta como política pública, com previsão orçamentária e continuidade administrativa, sob pena de fragilização do projeto ao longo do tempo, o que demanda da Gestão da SME planejar ações efetivas e sistemáticas para a manutenção dos espaços. A organização e a gestão da escola constituem meios para assegurar a realização dos objetivos educacionais, exigindo planejamento, definição de responsabilidades e provisão de condições materiais e institucionais adequadas (Libâneo, 2018, p. 109). Nessa perspectiva é papel da gestão assegurar as condições materiais adequadas para a manutenção do pátio, pois sem a provisão dessas condições institucionais, os elementos naturais que são vivos e degradáveis, como troncos e vegetação, podem perder sua função pedagógica. A gestão financeira aqui se apresenta como uma atividade meio indispensável para a continuidade da política pública.

3.8 O uso dos pátios no cotidiano pedagógico

A segunda categoria analítica evidencia como os pátios naturalizados são apropriados pelas crianças e pelos educadores no cotidiano pedagógico, configurando-se como espaços nos quais se produzem interações, experiências simbólicas e aprendizagens mediadas.

Os registros dos diários de campo indicam que os elementos naturais — sementes, água, terra, troncos e folhas — operam como materiais não estruturados, ampliando as possibilidades de exploração sensorial e construção simbólica. Diferentemente de brinquedos

de função previamente definida, esses elementos favorecem a criação de sentidos negociados coletivamente.

Figura 4 - Fonte: A comida pronta



Fonte: Acervo da pesquisadora.

No CEI JH, observou-se uma situação em que crianças exploravam sementes utilizando lupas. Ao se aproximar da atividade, uma criança afirmou: “olha, investigação.” (criança A). A apropriação do termo sugere um processo de internalização de signos culturais, no qual a linguagem atua como mediadora do pensamento, conforme a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky. A mediação da professora, ao provocar hipóteses sobre o conteúdo da semente, possibilitou a ampliação do campo reflexivo das crianças, caracterizando situações de atuação na Zona de Desenvolvimento Proximal.

A atividade desdobrou-se em registros gráficos, nos quais uma criança justificou a escolha cromática afirmando: “laranja, da cor do meu calção.” (Criança B). Esse enunciado evidencia a articulação entre experiência estética, referências pessoais e memória, indicando que a aprendizagem se constrói de forma situada e culturalmente referenciada.

Paralelamente às propostas investigativas, a exploração livre revelou intensa produção simbólica. Em um momento de circulação pelo pátio, uma criança questionou: “tia, tu tem batom de orelha de macaco?” (criança C). Tal enunciado expressa a mobilização da imaginação, compreendida por Vygotsky (1998) não como oposição ao real, mas como reorganização criativa da experiência.

O brincar simbólico coletivo foi recorrente nas interações observadas na “cozinha” improvisada no pátio, na qual troncos, folhas e utensílios foram ressignificados. Esses episódios exemplificam o que Corsaro denomina reprodução interpretativa, processo pelo qual as crianças se apropriam de práticas sociais e as recriam no interior das culturas de pares.

Os conflitos observados — como disputas por objetos — foram resolvidos majoritariamente entre as próprias crianças, indicando a construção de competências socioemocionais como negociação e autorregulação, favorecidas por contextos de interação não excessivamente controlados.

A relação com o risco também se destacou nos registros, como no episódio em que uma criança caiu ao pular de um tronco, chorou brevemente e retomou a brincadeira. Tal situação dialoga com Tiriba ao afirmar que o desemparedamento da infância envolve reconhecer o direito da criança a experiências corporais desafiadoras, fundamentais para o desenvolvimento da autonomia.

No CEI ML, observou-se que as crianças exerciam autonomia na escolha das atividades, inclusive optando por não participar de propostas coletivas, postura aceita pelas educadoras. Essa prática indica uma concepção de infância que respeita os tempos, os corpos e as formas singulares de participação, rompendo com lógicas disciplinadoras.

Os diários de campo indicam que a postura dos educadores exerce papel central na qualificação das experiências vivenciadas nos pátios naturalizados. A mediação observada caracterizou-se por intervenções pontuais, baseadas na escuta e na observação atenta.

No CEI JH, a assistente manteve postura predominantemente observadora, intervindo apenas quando necessário, favorecendo a organização autônoma das brincadeiras. Em outro momento, a professora lançou perguntas abertas, como: “o que vamos construir com esses objetos?” (Professora P). Essa estratégia amplia o campo simbólico da atividade e legitima a autoria infantil, aproximando-se da concepção do educador como mediador e parceiro da infância. No CEI ML, a mediação docente também se pautou pela escuta, com intervenções realizadas a partir das demandas das crianças, evidenciando práticas alinhadas ao reconhecimento da criança como sujeito social ativo.

As observações e as entrevistas demonstraram que nas perspectiva dos pátios ambiente atravessa uma condição de espaço físico, em consonância com o que afirma Moura (2025) que reconhece que o ambiente ultrapassa a condição de cenário para o brincar, constituindo-se como presença pedagógica que influencia diretamente as experiências infantis. Ele organiza tempos, delimita possibilidades, provoca descobertas e fortalece a relação da criança consigo mesma, com o outro e com o mundo.

3.9 Interação com a comunidade escolar

A interação com a comunidade escolar, especialmente com as famílias, emergiu como dimensão relevante no processo de implantação dos pátios naturalizados. As entrevistas indicam resistências iniciais relacionadas à sujeira, à segurança e à substituição de brinquedos industrializados, associadas a concepções higienistas da infância.

Entretanto, ações de sensibilização e vivências compartilhadas possibilitaram a ressignificação dessas percepções, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade. As falas das coordenadoras indicam que o contato direto das famílias com as experiências vividas pelas crianças contribuiu para maior compreensão do valor pedagógico dos pátios.

A participação das famílias na implantação dos pátio promove ganhos para o projeto. Quando famílias, educadores e crianças compartilham determinados ambientes, abre-se um campo fértil para a circulação de múltiplas narrativas e saberes. A escuta das experiências familiares e a valorização de diferentes vozes enriquecem o repertório cultural das crianças e fortalecem laços comunitários, demonstrando que a aprendizagem não se dá apenas entre pares, mas no diálogo entre gerações (Moura, 2025).

A postura observada no processo de implantação dos pátios e na utilização destes espaços demonstra a potencialização do protagonismo infantil, onde as crianças são ouvidas e suas produções são valorizadas. O CEI ML, por exemplo, possui um painel com produções das crianças entre a saída das salas de referência e o pátio naturalizado, que valoriza as experiências sensoriais vivenciadas. A coordenadora relatou o quanto as produções das crianças eram significativas, pois expressavam utilizando todos os sentidos diversas sensações e desejos das crianças e reforça o quanto a escuta das crianças tem papel fundamental na organização das práticas pedagógicas. A criança é ouvida nos seus contextos, produz cultura e valoriza ainda mais todas ações nas quais está envolvida no cotidiano escolar. A fala da coordenadora ecoa o pensamento de Malaguzzi (2015), que define a escuta não apenas como um ato auditivo, mas como uma postura ética e democrática do educador.

A postura de escuta ativa da criança está alinhada com o Marco Legal da Primeira Infância (Brasil, 2016) que no inciso II do artigo 46 estabelece que as políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento. O mesmo documento afirma ainda que esta escuta deve considerar as diferentes formas de expressão infantil.

Tal postura observada no referido CEI converge para o que as abordagens de Reggio Emilia definem como a Pedagogia da Escuta. Práticas assim consideram as produções infantis não como meros registros, mas como manifestações das Cem Linguagens de Loris Malaguzzi. Ao integrar os sentidos, a criança não apenas aprende sobre o objeto, mas nas suas interações com o mesmo, mediada pelos parceiros, imprime nele sua marca cultural. O professor, na perspectiva da escuta ativa, elabora seu planejamento pedagógico onde não há espaço para uma postura de transmissor de conteúdos, onde ele é um pesquisador da infância, que organiza o cotidiano escolar a partir das perguntas e desejos reais das crianças, validando-as como sujeitos de direitos e coautoras de seu processo educativo.

Os resultados indicam que a implantação e o uso dos pátios naturalizados configuram-se como processos que extrapolam a dimensão estética, produzindo deslocamentos conceituais, pedagógicos e culturais no cotidiano da Educação Infantil. O processo, fundamentado na escuta das crianças e na formação dos profissionais, reafirma o espaço como elemento educativo e a criança como produtora de cultura. O uso cotidiano dos pátios evidencia que os elementos naturais operam como mediadores do desenvolvimento, favorecendo a imaginação, a autonomia e a cooperação, conforme a perspectiva histórico-cultural.

As lacunas identificadas, especialmente no que se refere à necessidade de formação continuada e ao alinhamento conceitual entre as profissionais, fundamentam a elaboração da Cartilha Pedagógica, produto técnico desta pesquisa, concebida como instrumento de apoio à prática docente e à consolidação dos pátios naturalizados como política pública comprometida com o direito da criança à natureza, ao brincar e à participação.

4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO

*E agora vamos falar sobre a cartilha
Ela será um importante instrumento
Pensada para momento de partilha
E todos vão somando conhecimento.*

4.1 Estrutura e conteúdo programático do produto técnico

O presente Produto Técnico consiste na elaboração de uma cartilha destinada aos educadores dos Centros de Educação Infantil da rede municipal de Fortaleza, intitulada **“Pátios Naturalizados na Educação Infantil: orientações práticas para potencialização do uso dos espaços”**. O material foi desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Psicologia, área de concentração Saúde Mental e Práticas Sociais, atendendo às exigências da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) quanto à articulação entre pesquisa, intervenção e aplicabilidade social.

4.2 Vinculação com a pesquisa

O produto decorre diretamente dos achados da investigação, que analisou o processo de implantação dos pátios naturalizados e as concepções de infância, criança e Educação Infantil que sustentam essa proposta. A pesquisa evidenciou que a potência pedagógica do pátio depende menos da infraestrutura física e mais das concepções que orientam sua utilização cotidiana.

Assim, o produto técnico atende a uma demanda identificada durante a coleta de dados e a partir da análise destes. Foi possível perceber a necessidade de sistematizar orientações teórico-práticas que auxiliem os profissionais no uso potente desses espaços, atravessando uma lógica de espaço de recreação para um espaço de vivência de experiências, nas quais a criança pode desenvolver suas múltiplas linguagens, quando o educador age como mediador e possibilita a autonomia e o protagonismo infantil.

4.3 Fundamentação teórica

A cartilha fundamenta-se em referenciais que concebem a criança como sujeito potente, protagonista e produtora de cultura, dialogando com Malaguzzi (2015) ao reconhecer

as múltiplas linguagens infantis, com Tiriba (2018), na defesa do desemparedamento da infância e da reintegração da natureza ao cotidiano educativo, com Edwards, Gandini e Forman (2015) na concepção do ambiente como “terceiro educador”. Esses referenciais sustentam a compreensão do pátio naturalizado como território pedagógico e currículo em ação, superando a visão de espaço meramente recreativo.

Sob a perspectiva de Vygotsky (1998), o ser humano se constitui pela internalização de instrumentos e signos culturais. Nesta pesquisa, a cartilha é concebida e elaborada buscando ser um instrumento cultural que age como mediador entre o conhecimento teórico e a prática do educador, transformando sua concepção e o uso que ele faz do ambiente. Ela busca oferecer um arcabouço conceitual que auxilia o profissional a internalizar a visão de que a criança é um ser social e cultural e a se apropriar de novas ferramentas pedagógicas.

Ao traduzir intencionalidades pedagógicas para o ambiente, a cartilha traz elementos para potencializar o uso do pátio naturalizado, buscando que ele seja visto como o “Terceiro Educador” (Malaguzzi, 2015). O espaço, rico em elementos naturais (árvores, galhos, água, terra), comunica valores, estimula a curiosidade, a imescutaaginação e a experimentação, e acolhe as múltiplas linguagens da criança. A cartilha, ao orientar o educador a organizar e documentar essas interações, assegura que o pátio seja um currículo em ação.

O documento está ancorado nas concepções de infância e educação infantil identificadas na proposta de implantação dos espaços, alinhando-se com as abordagens de Malaguzzi (2015), Montessori (1987), Louv (2016) e Vygotsky (1998), dentre outros autores. O material reforça a visão de uma criança como um sujeito ativo e protagonista, capaz de tomar decisões, planejar e criar a partir dos materiais abertos. Uma premissa para o projeto dos pátios de cada Unidade era a realização da escuta das crianças, que traziam seus pedidos com base no contexto no qual estão inseridas. Exemplos incluem a criação de um “jacaré da lagoa” ou uma “jangada” em pátios próximos a essas referências locais. O processo encontra respaldo em Malaguzzi (2015), que afirma que criança possui “cem linguagens” requerendo do educador uma escuta sensível para valorizando as potências criativas que emergem quando a criança é protagonista de suas próprias descobertas.

Figura 5 - O jacaré



Fonte: Acervo da pesquisadora

A cartilha tem o objetivo de fomentar a continuidade dessa prática voltada para a participação ativa das crianças em todas as ações desenvolvidas nas Unidades Escolares. Em diálogo com Louv (2016), a cartilha orienta o uso do pátio para minimizar o “déficit de natureza”, estimulando a criatividade, a resiliência e a capacidade de resolução de problemas. O contato com a natureza e a visão desta como agente de saúde e aprendizagem desenvolvem a criança por inteiro, de maneira integral.

A BNCC (Brasil, 2018) define a interação e a brincadeira como os eixos estruturantes da educação infantil. A cartilha busca fortalecer a ideia de uso dos elementos naturais como promotores das funções psicológicas superiores, havendo a ressignificação do ambiente (onde recipiente cheio de areia e folhas vira uma pizza). Busca-se fortalecer práticas onde o brincar livre é priorizado e a brincadeira é elemento central da aprendizagem.

A ausência de brinquedos com função única preestabelecida estimula a criação de novos usos. Ao usar a areia para cozinhar ou um rolo de massa como moedor de tempero, a criança opera no campo da imaginação, onde o real e o potencial se encontram, desenvolvendo o pensamento fortalecendo a ideia da função simbólica dos objetos.

Os pátios também impulsionam a resolução de Problemas e o raciocínio das crianças. O desafio de subir um tronco ou de transportar uma “bolacha” de tronco de árvores de um lugar a outro para servir de degrau para escalar um tronco mais alto, exige planejamento e tomada de decisão. As interações com os pares e com os profissionais para o preparo de receitas mobilizam a linguagem e o raciocínio para negociar e colaborar.

A riqueza sensorial da natureza (texturas, cheiros, ruídos) ativa múltiplas linguagens das crianças, exigindo maior mobilização da atenção e percepção do que materiais plastificados. Trata-se de experiências sensoriais ricas que promovem aprendizagem e desenvolvimento constantemente.

A cartilha define o papel do educador como não-transmissor de conteúdo, mas como parceiro de pesquisa e mediador. Isso implica a Escuta Atenta, onde o profissional observa e potencializa o uso do espaço, partindo das demandas das crianças. Além disso, o educador deve estar atento à Documentação Pedagógica, no registro das descobertas espontâneas da criança para dar visibilidade aos processos de pensamento e aprendizagem. Também é importante ressaltar o papel de busca de sustentabilidade da cartilha, ao passo em que ela visa ser uma resposta estratégica aos desafios de manutenção e mudança de concepção.

Nesse cenário, a cartilha busca reforçar a visão da criança como ser pensante e de direito, superando a lógica de espaços controlados. Além disso, tem o objetivo de superar a resistência da comunidade ao justificar pedagogicamente o brincar na lama ou com troncos, apoiando o diálogo com os pais que inicialmente reclamavam de sujeira e viroses. O documento reforça a necessidade de articular as propostas pedagógicas com as vivências da comunidade, para que as ações sejam mais significativas.

A cartilha visa ainda disseminar a concepção subjacente ao projeto, ajudando a garantir que o movimento de “quebrar o chão de cimento e plantar” seja uma transformação conceitual “irreversível”, irradiando práticas e valores ambientais para a comunidade. Assim, a cartilha foi elaborada considerando o pátio naturalizado como uma tecnologia social, por ser pensado numa perspectiva diferente de uma infraestrutura urbana convencional. Ele se define como um conjunto de metodologias e técnicas transformadoras, desenvolvidas em interação com a comunidade, que oferece soluções para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

No que se refere à gestão coletiva e protagonismo local, os pátios não são espaços entregues prontos, mas um lugar de construção contínua. Sua manutenção e as atividades nele desenvolvidas dependem da organização coletiva. Isso estimula o sentimento de pertencimento tanto para as crianças, quanto para as famílias, que ao participarem da construção do espaço, se vêem como parte dessa política pública.

A execução do Pátio prioriza o uso de materiais acessíveis e de baixo custo, com o uso de técnicas construtivas simplificadas, como mobiliário feito de paletes, pisantes e circuitos feitos de bolachas de troncos de árvores. Essa escolha técnica não é apenas estética; ela é política, visando permitir que o modelo seja financeiramente viável para aplicação em diversas realidades periféricas ou escolares.

4.4 Estrutura e organização do conteúdo

O material foi organizado em 15 páginas, contendo imagens extraídas dos espaços observados e de outros CEI que possuem pátios naturalizados. A estrutura foi dividida em tópicos para melhor compreensão e organização do pensamento, tanto do pesquisador quanto do leitor.

De início trata-se dos fundamentos dos pátios naturalizados, fazendo referência ao desemparedamento da infância, destacado por Tiriba (2018) e das concepções que norteiam sua implantação dos referidos espaços, defendendo o contato com a natureza como direito e condição para o desenvolvimento integral da criança.

Mais adiante, discute o espaço como mediador das aprendizagens, destacando sua intencionalidade estética, ética e curricular, trazendo também o educador como um observador atento, mediador sensível e parceiro de investigação, abordando temas como gestão do risco, segurança no brincar e documentação pedagógica.

O material também propõe orientações práticas para a utilização dos espaços em toda a sua potencialidade, destacando a preparação para o uso, as ações que podem ser realizadas durante as experiências e a retomada reflexiva e registro (documentação pedagógica), após o uso do espaço.

Outro tópico abordado no material é sobre a potencialidade pedagógica dos pátios, apresentando dimensões do desenvolvimento mobilizadas durante as experiências vivenciadas, tais como a exploração sensorial, o brincar simbólico, a investigação e as interações sociais.

A relação com as famílias também é retratada no material como um dos pilares que sustentam essa proposta, ao fortalecer o sentimento de pertencimento das famílias no espaço, por terem participado das reflexões iniciais sobre a implantação. Na perspectiva da participação das famílias há a promoção do encontro intergeracional e a educação não formal, a medida em que o aprendizado do pátio transborda para as casas.

Por fim, a cartilha retrata a sustentabilidade do espaço e a manutenção deste como política pública e inovação educacional permanente. O material traz orientações para o cuidado durante e após o uso, espaço seja valorizado por todos os atores como um contemplando procedimentos de preservação dos elementos naturais, organização dos materiais, responsabilização da equipe e envolvimento das crianças nos processos de cuidado. A ideia é que o espaço não seja compreendido como intervenção pontual ou ação isolada, mas como parte integrante do projeto político-pedagógico da instituição, exigindo planejamento contínuo, acompanhamento sistemático e institucionalização das práticas.

4.5 Características técnicas do produto

A cartilha é um material didático-formativo em formato PDF, passível de impressão, que foi diagramada com o apoio da Inteligência artificial. Pode ser aplicada de forma institucional em formações continuadas, reuniões pedagógicas e processos de implantação de pátios naturalizados em outras instituições. Atendendo ao princípio da replicabilidade, importante ressaltar que qualquer outra rede de ensino poderá utilizar o material para implantação ou uso de pátios. A cartilha apresenta ainda caráter inovador ao sistematizar a convergência entre as concepções de infância e a arquitetura pedagógica, transformando lacunas observadas na prática em um instrumento técnico de intervenção institucional inédito no contexto local.

O presente produto apresenta aderência à linha de pesquisa, **“Práticas Sociais, Organizações e Cultura”** a medida em que atua como dispositivo de mudança nas práticas cotidianas, reorientando as formas de interações entre os educadores e as crianças e destas com a natureza.

Em suma, acredita-se que o produto materializa o compromisso do Mestrado Profissional ao converter achados de pesquisa em uma tecnologia social que poderá contribuir para as práticas pedagógicas, para a qualificação das interações entre os agentes envolvidos no processo de implantação utilização dos pátios naturalizados, fortalecendo uma cultura escolar mais sustentável e conectada com a natureza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nasceu da prática profissional que contou com um olhar atento sobre como os espaços escolares são organizados para acolher as crianças nas suas especificidades características da primeira infância. Mais do que analisar estruturas de concreto, buscamos entender como os espaços educam. Nesse sentido, encontra respaldo na abordagem de Malaguzzi (2015), que define o ambiente como o ‘terceiro educador’, como um elemento vivo que comunica valores, oferece possibilidades e convida à ação.

De acordo com as leituras realizadas e com os achados da pesquisa, um pátio não é apenas um lugar de passagem; ele é um território onde a criança se manifesta, aprende e cria cultura. A análise da implantação e do uso dos pátios naturalizados, confirma que o espaço é, de fato, um educador silencioso e que a forma como ele é organizado revela o que pensamos sobre a infância, um período de exploração dos sentidos e vivências de descobertas e imaginação.

Os achados da pesquisa mostram que “desemparedar” as crianças é um ato de liberdade. O termo “desemparedamento da infância” foi cunhado pela educadora Lea Tiriba em 2005 em sua tese de doutorado, intitulada “Crianças na natureza e educação infantil”. Quando os educadores decidem trocar o plástico e o cimento pela terra, pelo tronco, pelas folhas e pela água, abrimos as portas para um mundo de sensações que o ambiente urbano muitas vezes rouba dos pequenos. Vimos que, na natureza, o conflito pode dar lugar à cooperação, e o ambiente se torna propício para ações de investigação. Ali, a criança não é uma espectadora, mas a protagonista de suas próprias descobertas.

Tal prática dialoga diretamente com as concepções contemporâneas de criança, que a reconhecem como sujeito de direitos, ativa, competente e protagonista de seus próprios processos de aprendizagem, valorizando suas interações com o meio, com os pares e com os elementos naturais. Possibilitar o contato direto com elementos da natureza, possibilita a ampliação do repertório das crianças, estimulando a imaginação, a autonomia e a construção de conhecimentos de forma contextualizada e significativa.

Possibilitar o contato direto com elementos da natureza amplia significativamente o repertório cultural, sensorial e experiencial das crianças, favorecendo descobertas e aprendizagens que emergem da curiosidade e da exploração. Ao tocar a terra, observar insetos, brincar com folhas, sementes, água, pedras e diferentes texturas, as crianças constroem conhecimentos de forma concreta, contextualizada e significativa, estabelecendo relações entre aquilo que vivenciam e o mundo ao seu redor.

Dessa forma o pátio naturalizado convida ao encantamento. É um espaço que respeita o tempo da infância, onde não há pressa, onde se pode ter pausas para observar uma formiga ou sentir o cheiro da chuva. No entanto, é importante refletir também sobre a percepção de que o espaço sozinho não faz milagres. O verdadeiro sentido dos pátios só será efetivado se os educadores vislumbram todo o potencial deles e fazem uso destes espaços com base em todas as experiências que eles podem proporcionar para o desenvolvimento integral das crianças. É o olhar sensível do profissional, que escuta as invenções das crianças e se permite mediar sem controlar, que transforma os pátios em um laboratório de vida.

A manutenção dos pátios como política pública impõe desafios. Cada unidade escolar tem sua realidade estrutural, mas a pesquisa traz elementos que demonstram que, com criatividade e intencionalidade, é possível favorecer experiências sensoriais ricas em qualquer contexto. Isso demanda um processo efetivo de formação continuada, pois o processo formativo é o que sustenta essa política, pois é preciso que o adulto também se reconecte com a natureza para poder andar com a criança por esses caminhos.

Como produto técnico deste percurso, nasce uma cartilha contendo orientações para o uso potencializado dos pátios. Ele não pretende ser um manual de instruções rígido, mas um companheiro de jornada para educadores e gestores. A ideia é que este material seja um convite para que cada Unidade Escolar encontre sua própria maneira de integrar a natureza ao cotidiano.

Encerrar este trabalho é, na verdade, celebrar uma possibilidade. A experiência dos pátios naturalizados de Fortaleza nos mostra que é possível construir políticas públicas que enxerguem a criança como sujeito de direitos. A perspectiva é que este estudo inspire outros olhares e outras redes de ensino a devolverem para as crianças o direito de brincar com o mundo, de sujar as mãos na terra e de crescer em ambientes, onde sejam proporcionadas experiências que transbordem imaginação, cultura e, acima de tudo, humanidade.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 26 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**: dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em:
https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf. Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em:
https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 07 abr. 2024.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2001.

CASTRO, P. A.; SILVA, D. A. **Educação infantil**. Campina Grande: Realize, 2024. Disponível em:
<https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2023/GT09/22042024150222-CONEDU--EDUCACAO-INFANTIL--VOL--02-.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2025.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **O bairro e o desenvolvimento integral na primeira infância**. São Paulo: Fundação Maria, 2021.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança**: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2015.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GONÇALVES, M. **Ambientes sensoriais e aprendizagem infantil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

HORN, M. G. **A organização do espaço em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HORN, M. G. S. **Brincar e interagir nos espaços da escola infantil**. Porto Alegre: Penso, 2022.

INSTITUTO ALANA. **Parques e pátios naturalizados**: guia para projetar, implementar e manter. São Paulo: Instituto Alana, 2016.

KRAMER, S. **As crianças, a infância e a educação infantil**. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2006.

KUHLMANN JUNIOR, M. História da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 5-18, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2025.

LOUV, R. **A última criança na natureza**: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza. São Paulo: Aquariana, 2016.

MALAGUZZI, L. História, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. (org.). **As cem linguagens da criança**: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2015.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTESORI, M. **A descoberta da criança**. Kiryat Matalon: Kalistos, 1987.

MOURA, R. A. A. Espaços que educam: o ambiente como terceiro educador no brincar da infância. **Revista Territórios**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 116-125, 2025.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PIAZZA, M. A.; STOLTZ, T. A relação entre criança, arte e natureza - uma revisão integrativa. **Revista Caderno Pedagógico**, [s. l.], v. 22, n. 8, p. 1-29, 2025. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/17654>. Acesso em: 16 mar. 2026.

RAMBO, G. C.; ROESLER, M. R. B. Primeira infância e natureza: investigação da percepção ambiental no contexto escolar. **Ambiente & Educação**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 513-540, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/11593>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PLsn8PhMzxZJzvdDC3gdKz/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SERPA, P. R.; GESSER, V.; SANTOS, B. C. L. S. A educação ambiental na educação infantil: relações com a comunidade escolar. **Revista Aracê**, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 20980-20993, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4768>. Acesso em: 16 mar. 2026.

TIRIBA, L. **Crianças, natureza e educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMPLANTAÇÃO DOS PÁTIOS NATURALIZADOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE FORTALEZA

Pesquisador: MARIA CONCEICAO SILVA CAVALCANTE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 90138325.7.0000.5343

Instituição Proponente: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.709.309

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Psicologia, área de concentração Saúde Mental e Práticas Sociais, da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, orientado pela professora Cristiane Davina Redin Freitas

Objetivo da Pesquisa:

Objetivos presentes, claros e exequíveis. Quais sejam:

Objetivo Primário:

Analisar o processo de implantação dos pátios naturalizados nos Centros de Educação Infantil de Fortaleza

Objetivo Secundário:

Examinar que concepções de infância criança e de educação infantil que nortearam o planejamento da implantação dos pátios naturalizados, Investigar se as vivências e experiências das crianças foram consideradas durante o processo de implantação dos pátios naturalizados, Elaborar uma cartilha direcionada aos educadores, com sugestões de para potencializar o uso pátios naturalizados nos Centros de Educação Infantil de Fortaleza.

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitário **CEP:** 96.815-900

UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

UNISC - UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL



Continuação do Parecer: 7.709.309

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2585877.pdf

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O estudo estará atento a qualquer sinal de desconforto nos participantes, especialmente nas crianças, e tomará as medidas necessárias para garantir que não haja danos ou riscos à sua saúde física ou psicológica durante a pesquisa. Caso seja identificado algum risco, os procedimentos serão interrompidos e os envolvidos serão informados de imediato. No caso das técnicas e coordenadoras, quando houver sinal de desconforto, a entrevista será interrompida até que a entrevistada informe sua disponibilidade para retornar. Quanto às crianças, é crucial garantir que as estas compreendam, de maneira adequada à sua idade, o que envolve a pesquisa. Durante as observações e as rodas de conversa será considerado qualquer sinal de desconforto nas crianças, sendo a observação imediatamente pausada, dando espaço para as crianças se manifestarem de forma espontânea e serem acolhidas. Assim que se entender como possível, a observação poderá ser retomada.

Benefícios:

O estudo também levará em consideração os benefícios que os participantes poderão obter com a realização da pesquisa, especialmente no que se refere à reflexão sobre os espaços naturalizados e seu impacto no desenvolvimento infantil. No que se refere às crianças, os benefícios diretos com a realização das rodas de conversa focam no desenvolvimento de práticas pedagógicas que incentivam a colaboração, a empatia, e a resolução de conflitos de maneira saudável entre as crianças. No que se refere aos benefícios para as técnicas e coordenadoras, a pesquisa busca contribuir para reflexões sobre as concepções de criança e de educação infantil que norteiam não só a implantação dos pátios, mas também a sua utilização pelas crianças. Ao final, o produto da pesquisa será uma cartilha para os educadores da rede municipal de ensino contendo elementos importantes sobre a implantação dos pátios e o uso dos mesmos, com a exploração de todos os aspectos referentes as interações das criança com seus pares e com os adultos.

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2585877.pdf

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitário

CEP: 96.815-900

UF: RS

Município: SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL



Continuação do Parecer: 7.709.309

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

TIPO DE PESQUISA A pesquisa será conduzida sob a abordagem qualitativa do tipo exploratória, que, conforme Prodanov e Freitas (2013), valoriza a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, reconhecendo o vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade humana. Essa abordagem, focada na interpretação dos fenômenos e na atribuição de significados, é especialmente adequada para investigar as interações e experiências de crianças em contextos educacionais, como nos pátios naturalizados, considerando os diversos atores envolvidos e os processos que influenciam no desenvolvimento infantil. Minayo (2012) ressalta que a análise qualitativa é pautada pela compreensão e pela empatia, elementos essenciais para se colocar no lugar do outro e interpretar suas experiências. Assim, a pesquisa se manterá atenta ao contexto social, cultural e institucional dos Centros de Educação Infantil, buscando compreender as concepções de infância, desenvolvimento e educação infantil que orientam o uso e a organização dos pátios naturalizados. A abordagem qualitativa será desenvolvida por meio de entrevistas semi estruturadas com as técnicas da secretaria da educação de Fortaleza que participam do processo de implantação dos pátios naturalizados e com as coordenadoras dos Centros de Educação Infantil que possuem os referidos espaços, a fim de identificar as concepções de criança e de educação infantil estão presentes na implantação dos pátios. Também será realizada observação participante das crianças das turmas de infantil 3 em interação com educadores e com seus pares nos espaços dos pátios naturalizados, buscando perceber se os usos do espaço estão sendo proporcionados em sua completude e se as crianças estão experienciando os pátios com todas as oportunidades de aprendizagens diversas que esse tipo de espaço pode proporcionar. Busca-se identificar como a arquitetura do ambiente influencia o desenvolvimento infantil e sua autonomia no brincar livre. Busca-se compreender as vivências e percepções das crianças em sua interação com os pátios naturalizados. Esse método permitirá à pesquisadora imergir no ambiente das instituições de ensino infantil, observando diretamente as interações das crianças com os espaços e registrando aspectos subjetivos e contextuais que são fundamentais para compreender o impacto desses ambientes no desenvolvimento infantil. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), na pesquisa qualitativa, o ambiente é a fonte direta dos dados, e a pesquisadora assume um papel ativo no campo, buscando captar as nuances da realidade estudada sem a manipular. ESCOLHA DA AMOSTRA A pesquisa será realizada em dois Centros de Educação Infantil (CEIs) da rede municipal de Fortaleza, o Centro de Educação Infantil João Hildo de Carvalho I e o Manoel Lima Soares, com o objetivo de investigar o processo de

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitário

CEP: 96.815-900

UF: RS

Município: SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

UNISC - UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL



Continuação do Parecer: 7.709.309

implantação dos pátios naturalizados nesses espaços educacionais. A escolha dessas instituições considerou dois fatores principais: a faixa etária atendida - 3

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto
PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2585877.pdf

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos obrigatórios apresentados e adequados

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto APROVADO e em condições de ser executado conforme documentos anexados à Plataforma Brasil e validados pelo CEP-UNISC

Considerações Finais a critério do CEP:

PROTOCOLO APROVADO e em condições de ser executado conforme documentos anexados à Plataforma Brasil e validados pelo CEP-UNISC.

Alerta-se o pesquisador responsável para a necessidade de realizar e encaminhar ao CEP-UNISC, via Plataforma Brasil, os Relatórios Parciais de Acompanhamento da Pesquisa e o Relatório Final de Acompanhamento da Pesquisa. Os formulários para os relatórios estão disponíveis no link do CEP-UNISC (<https://www.unisc.br/pt/pesquisa/comite-de-etica>), aba Documentação, Arquivo Modelo de Relatório Parcial ou Final de Pesquisa. É o mesmo formulário para ambos os relatórios (as marcações no próprio formulário é que diferem, a depender da natureza do projeto).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2585877.pdf	03/07/2025 13:33:49		Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	03/07/2025 11:24:28	MARIA CONCEICAO SILVA CAVALCANTE	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	03/07/2025 11:23:57	MARIA CONCEICAO SILVA CAVALCANTE	Aceito

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitário **CEP:** 96.815-900

UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

**UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL**



Continuação do Parecer: 7.709.309

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_para_Responsabilizado.pdf	03/07/2025 11:23:41	MARIA CONCEICAO SILVA CAVALCANTE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_assentimento.pdf	03/07/2025 11:23:08	MARIA CONCEICAO SILVA CAVALCANTE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CEP.pdf	03/07/2025 11:21:19	MARIA CONCEICAO SILVA CAVALCANTE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.pdf	03/07/2025 11:18:50	MARIA CONCEICAO SILVA CAVALCANTE	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	23/06/2025 12:16:22	MARIA CONCEICAO SILVA CAVALCANTE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA CRUZ DO SUL, 16 de Julho de 2025

Assinado por:
Renato Nunes
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitário **CEP:** 96.815-900

UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Dados de Identificação

- **Data:** ___/___/___ **Horário:** 08:30 às 9:30
- **Unidade Educativa (CEI):** CEI ML
- **Turma:** Infantil III
- **Clima/Condições Ambientais:**

Aspectos a serem observados

O Espaço como “Terceiro Educador” (Foco: organização do espaço e disposição dos elementos que o compõem e Estímulos)

- **Elementos Naturais:** Como as crianças interagem com os troncos, areia, plantas?
- **Design Sensorial:** Há variação de texturas sendo exploradas?
- **Acessibilidade e Fluxo:** O espaço permite autonomia ou há obstáculos que geram frustração?

O brincar livre e a intencionalidade do educador

- **Brincar Simbólico:** As crianças criam narrativas com os elementos naturais?
- **Desafio Corporal:** Há exploração do risco positivo?
- **Foco e Atenção:** Observar se o design sensorial (cores suaves, sons da natureza) favorece períodos mais longos de concentração ou se há sobrecarga.

As interações sociais e a mediação

- **Criança-Criança:** Como resolvem conflitos em um espaço aberto? Há colaboração em brincadeiras coletivas?
- **Criança-Professor:** O educador atua como mediador ou apenas como vigilante? Ele intervém em algum momento?
- **Criança-Natureza:** Na exploração livre do espaço, há sinais de encantamento ou medo? Como lidam com pequenos seres vivos?

As reflexões da pesquisadora

APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA SOBRE A CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM A IMPLANTAÇÃO E O USO DOS PÁTIOS NATURALIZADOS EM FORTALEZA

Público-alvo: Técnicas da Coordenadoria de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação (SME) e Coordenadoras Pedagógicas dos Centros de Educação Infantil (CEIs) envolvidas na implantação dos pátios naturalizados.

Objetivo: Compreender as concepções de criança, infância e educação infantil que nortearam o planejamento e a implantação dos pátios naturalizados nas instituições de educação infantil, bem como a percepção sobre a influência desses espaços no desenvolvimento infantil.

I. Caminhos para a implantação

1. Poderia falar sobre a motivação para a implantação dos pátios naturalizados nos Centros de Educação Infantil de Fortaleza?
2. Como se deu o planejamento da implantação dos pátios naturalizados? Quem esteve envolvido nesse processo?
3. Quais os principais documentos legais que nortearam a implantação ?
4. Quais os principais autores que deram suporte teórico para a implantação?

II. Concepções de Criança

1. Atualmente estudos definem a criança como um ser histórico e de direitos, que constrói sua identidade pessoal e coletiva por meio de práticas cotidianas, interações e relações. De que forma essa concepção se traduz na proposta dos pátios naturalizados?
2. Os espaços naturais podem se tornar potencializadores do desenvolvimento integral da criança. Poderia falar um pouco sobre como acredita que os pátios podem contribuir para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual, social, sensorial e socioafetivo das crianças?
3. Qual sua expectativa quanto ao contato dos elementos naturais (terra, água, pedras, plantas) na estimulação dos sentidos e no desenvolvimento das crianças?
4. A organização dos espaços revela uma concepção pedagógica que busca a autonomia da criança. Como os pátios naturalizados permitem e incentivam a

liberdade de exploração, o protagonismo e a autonomia das crianças em suas vivências?

III. Concepções de Educação Infantil

1. De que maneira os pátios naturalizados são pensados para se integrar ao currículo da educação infantil, indo além de um espaço de lazer?
2. Considerando que o ambiente preparado busca a autonomia da criança, qual o papel do educador nesse espaço naturalizado? Como ele atua para motivar, facilitar e mediar as experiências das crianças com a natureza?
3. Como os pátios naturalizados são projetados para fomentar a aprendizagem ativa, a exploração e as interações entre as crianças e com o meio?
4. Que tipo de materiais são priorizados nos pátios naturalizados e como eles são selecionados para otimizar o desenvolvimento e o bem-estar infantil?

IV. Desafios e Expectativas

1. Quais foram os principais desafios encontrados durante o processo de planejamento e implantação dos pátios naturalizados nos CEIs de Fortaleza?
2. Como a equipe pedagógica, os pais e a comunidade em geral reagiram à implantação desses novos espaços?
3. De que forma vocês esperam monitorar e avaliar o impacto dos pátios naturalizados no desenvolvimento e aprendizado das crianças, considerando as concepções que nortearam o projeto?
4. Quais são os planos para a manutenção e a sustentabilidade desses pátios naturalizados a longo prazo?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Prezado(a) senhor(a),**

Você está sendo convidado/a para participar como voluntário da pesquisa intitulada **IMPLANTAÇÃO DOS PÁTIOS NATURALIZADOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE FORTALEZA**, que pretende Analisar o processo de implantação dos pátios naturalizados nos Centros de Educação Infantil de Fortaleza, vinculado ao Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. O pesquisador responsável por esta pesquisa é Maria Conceição Silva Cavalcante, que poderá ser contatado a qualquer tempo através do telefone de número (85) 99272 5334 e do e-mail ceica.artur@gmail.com.

Sua participação é possível pois você atende aos critérios de inclusão previstos na pesquisa, os quais são serem técnicas da Coordenadoria de Educação Infantil da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza que participaram do planejamento e implementação dos pátios naturalizados e Coordenadoras Pedagógicas dos Centros de Educação Infantil que possuem os pátios naturalizados. Sua participação consiste em colaborar com a realização de uma entrevista semi estruturada, a fim de identificar as concepções de criança e de educação infantil presentes na implantação dos pátios. A entrevista será realizada com as técnicas na própria secretaria ou no Centro de Educação infantil, no caso das coordenadoras.

Nessa condição, é possível que alguns desconfortos aconteçam, como incômodo com as perguntas ou receio de vazamento de dados. Os riscos/desconfortos, se ocorrerem, serão minimizados da seguinte forma: os procedimentos serão interrompidos e as informações sobre sigilo e privacidade serão retomadas. Caso as técnicas e coordenadoras, apresentarem sinal de desconforto, a entrevista será interrompida e o desconforto será ouvido e acolhido até que a

participante informe sua disponibilidade para retornar. Por outro lado, a sua participação trará benefícios, como um espaço de escuta e valorização de sua atuação profissional na implantação dos pátios naturalizados. Além disso, você poderá trazer contribuições para as reflexões sobre as concepções de criança e de educação infantil que norteiam não só a implantação dos pátios, mas também a utilização desses espaços pelas crianças.

Para sua participação nessa pesquisa você não terá nenhuma despesa com transporte, alimentação, exames, materiais a serem utilizados ou despesas de qualquer natureza. Ao final da pesquisa você terá acesso aos resultados através da cartilha que será elaborada a partir dos resultados da pesquisa.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____ RG ou CPF _____ declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado/a, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados. Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização de minha imagem e voz de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que eu não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado/a:

- a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- b) da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- c) da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- d) do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo; ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;

- e) da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa; e,
- f) de que se existirem gastos para minha participação nessa pesquisa, esses serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do seguinte endereço: Av. Independência, 2293, Bloco 13 - Sala 1306; ou pelo telefone (51) 3717-7680; ou pelo e-mail cep@unisc.br

Local:

Data:

Nome e assinatura do voluntário

Nome e assinatura do responsável pela
apresentação desse Termo de Consentimento
Livre e Esclarecido

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA RESPONSABILIZADO**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL****TERMO DE CONSENTIMENTO PARA RESPONSABILIZADO****Prezado(a) senhor(a),**

Você está sendo convidado/a para facultar a participação de seu/sua responsabilizado/a como voluntário/a na pesquisa intitulada **IMPLANTAÇÃO DOS PÁTIOS NATURALIZADOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE FORTALEZA**, que pretende Analisar o processo de implantação dos pátios naturalizados nos Centros de Educação Infantil de Fortaleza, vinculado ao Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. O pesquisador responsável por esta pesquisa é Maria Conceição Silva Cavalcante, que poderá ser contatado a qualquer tempo através do telefone de número (85) 99272 5334.

A participação na pesquisa acima indicada de seu/sua responsabilizado/a é possível porque ele/a atende aos critérios de inclusão previstos na pesquisa, os quais são ser uma criança integrante das turmas de Infantil 3 nos CEIs João Hildo de Carvalho I e Manoel Lima Soares de Fortaleza/CE. A participação de seu/sua responsabilizado/a consiste numa observação participante que ocorrerá durante a interação das crianças nos pátios naturalizados, na qual pode haver alguma interação com o pesquisador, o que está de acordo com o método da observação participante. As observações serão realizadas nos Centros de Educação Infantil os quais a criança integra, no seu horário normal de rotina escolar, tendo duração de 1 (uma) hora e serão realizadas no decorrer de 01 (um) mês.

Nessa condição, é possível que alguns desconfortos aconteçam, como o seu responsabilizado não ficar a vontade na presença do pesquisador, reagindo de alguma forma que expresse esse desconforto. Durante as observações, esse sinal de desconforto será considerado e a observação será imediatamente pausada, dando espaço para as crianças se manifestarem de

forma espontânea e serem acolhidas. Assim que se entender como possível, a observação poderá ser retomada. Por outro lado, a participação de seu/sua responsabilizado/a trará benefícios, pois através da observação dele em interação, poderão ser desenvolvidas práticas pedagógicas que incentivam a melhor utilização dos pátios naturalizados, o que poderá auxiliá-lo no seu desenvolvimento e aprendizagem. A prática vai permitir que as crianças se expressem livremente, com maior possibilidade de interagir com seus pares e com os adultos.

Para a participação de seu/sua responsabilizado/a nessa pesquisa não haverá nenhuma despesa com transporte, alimentação, exames, materiais a serem utilizados ou despesas de qualquer natureza. Ao final da pesquisa você terá acesso aos resultados através da cartilha que será elaborada com o resultado da pesquisa.

Assim, pelo presente Termo de Consentimento de Responsabilizado (TCR) eu, _____ declaro que autorizo a participação de meu/minha responsabilizado/a neste projeto de pesquisa, pois fui informado/a, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que ele/a será submetido/a, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderá ser submetido/a, todos acima listados. Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização da imagem e voz de meu/minha responsabilizado/a de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que ele/a não possa ser identificado/a através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado/a:

- a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- b) da liberdade de retirar o consentimento de meu/minha responsabilizado/a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de seu cuidado e tratamento;
- c) da garantia de que meu/minha responsabilizado/a não será identificado/a quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;

- d) do compromisso de receber informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a vontade de meu/minha responsabilizado/a em continuar participando;
- e) da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos à saúde de meu/minha responsabilizado/a diretamente causados por esta pesquisa; e,
- f) de que se existirem gastos quanto a participação de meu/minha responsabilizado/a nessa pesquisa, esses serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o responsável pelo participante legal da pesquisa e outra com o pesquisador responsável.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do telefone: (051) 3717- 7680.

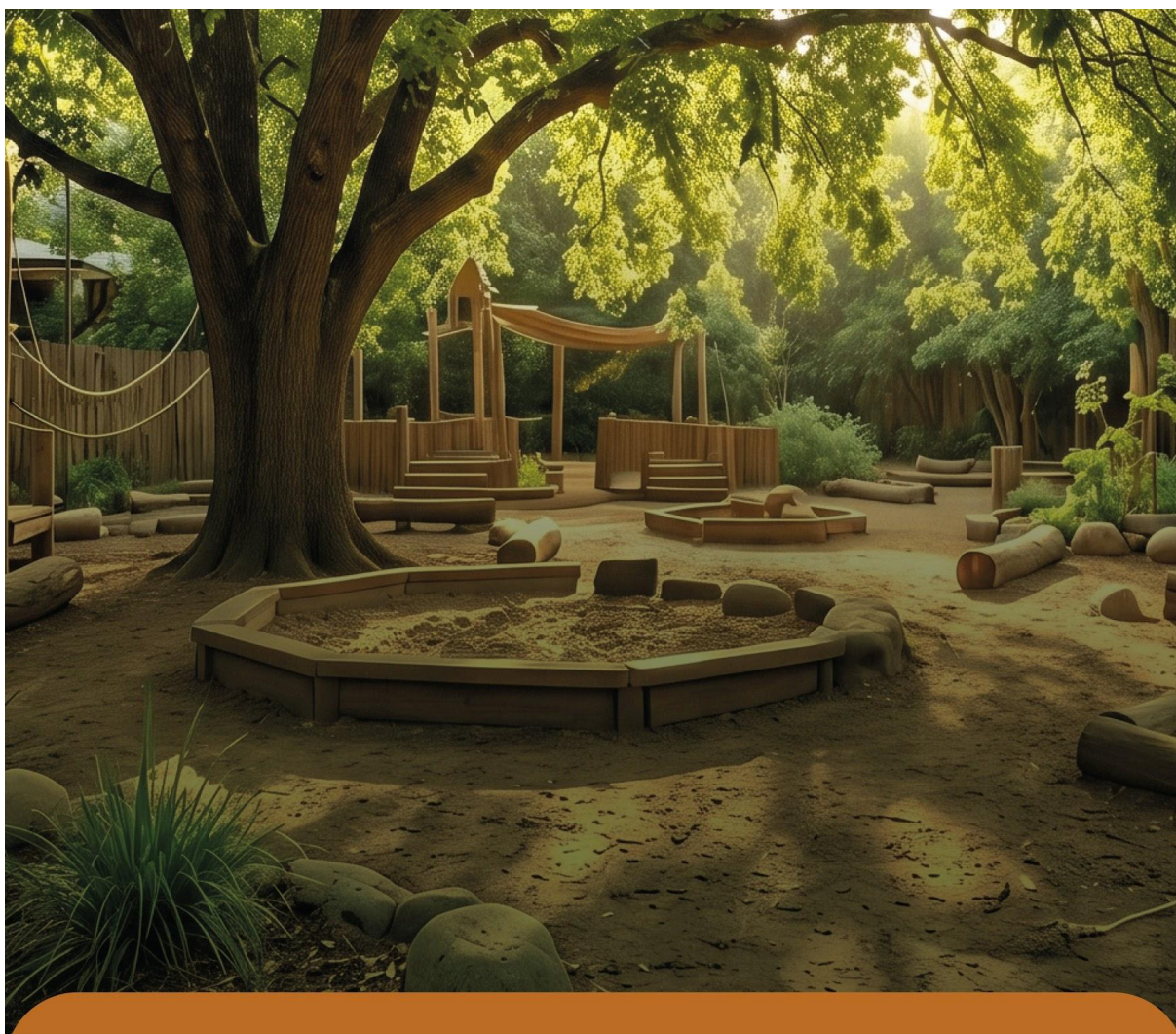
Local:

Data:

Nome e assinatura do voluntário

Nome e assinatura do responsável peça
apresentação desse Termo de Consentimento
para Responsabilizado

APÊNDICE E – PRODUTO TÉCNICO



Pátios Naturalizados: O Currículo em Ação

Transformando os espaços externos na Educação Infantil em territórios vivos de aprendizagem e protagonismo infantil.

Maria Conceição Silva Cavalcante
Cristiane Davina Redin Freitas

 **UNISC**
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL



Programa de
Pós-Graduação
em Psicologia
Mestrado Profissional

Ficha Técnica

Universidade de Santa Cruz do Sul

Programa de Pós-Graduação em Psicologia- Mestrado Profissional
Av Independência, 2293
Bairro Universitário
CEP: 96815-900 – Santa Cruz do Sul/RS

Tel.: (51) 3717-7300
Site: <http://www.unisc.br>

Revisão e Supervisão Geral

Cristiane Davina Redin Freitas
CIP – Catalogação na Publicação

Organização e elaboração do texto e da Cartilha

Maria Conceição Silva Cavalcante

Projeto gráfico e diagramação

Gerson Porto

CIP - Catalogação na Publicação

Cavalcante, Maria Conceição Silva

PÁTIOS NATURALIZADOS : O CURRÍCULO EM AÇÃO / Maria Conceição
Silva Cavalcante. – 2026.
12f. : il.

Produto Técnico.

Orientadora: Dra. Cristiane Davina Redin Freitas.

1. Educação Infantil. 2. Pátios Naturalizados. 3. Infância. 4.
Espaços Educativos. 5. Práticas Sociais. I. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Apresentação

Esta cartilha foi elaborada com o objetivo de fornecer elementos de reflexão que possam levar ao uso pedagógico dos pátios naturalizados nos Centros de Educação Infantil (CEIs), utilizando todas as potencialidades desse espaço e apoiando os profissionais na organização de práticas educativas que reconheçam a criança como sujeito de direitos, potente e protagonista.



A criança é feita de cem. A criança tem cem linguagens, cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar, de jogar e de falar.”

Loris Malaguzzi

Os pátios naturalizados constituem espaços educativos intencionalmente organizados para integrar elementos da natureza ao cotidiano das crianças na Educação Infantil, promovendo experiências de brincar, explorar, investigar e interagir em contato direto com o ambiente natural. Ao incorporar terra, água, plantas, troncos, pedras e outros materiais não estruturados, esses pátios ampliam as possibilidades sensoriais, sensoriais, favorecem a imaginação, a autonomia e o protagonismo infantil, além de contribuírem para o bem-estar físico e emocional.

Mais do que um espaço de recreação, o pátio naturalizado configura-se como um território pedagógico e um “currículo em ação”, no qual o ambiente atua como mediador das aprendizagens e expressa uma concepção de criança competente, curiosa e sujeito de direitos.

A Criança no Centro do Território

"A criança é feita de cem. A criança tem cem linguagens, cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar, de jogar e de falar."

Loris Malaguzzi

Criança como Sujeito Potente

- Capaz de criar, imaginar e transformar;
- Produtora de cultura;
- Protagonista de suas experiências.

Criança como Sujeito de Direitos

- Direito ao brincar;
- Direito à natureza;
- Direito à participação e à escuta.



O Pátio como Terceiro Educador

"A natureza é o único livro que oferece um conteúdo valioso em todas as suas folhas."

Johann Goethe

O espaço educa, comunica valores e reflete o contexto das crianças. No pátio naturalizado:



O ambiente provoca perguntas;



Os materiais não têm função pré-determinada;



A natureza atua como mediadora silenciosa das aprendizagens.

O Novo Papel do Educador no Pátio

"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção."
Paulo Freire

Os profissionais são:

- ✓ Observadores atentos;
- ✓ Mediadores sensíveis;
- ✓ Organizadores do espaço;
- ✓ Parceiros de pesquisa das crianças.

Os profissionais não são:

- ✗ Animadores de recreio;
- ✗ Controladores excessivos;
- ✗ Transmissores de comandos prontos.

O Fluxo Pedagógico do Pátio

O espaço não é apenas um intervalo na rotina, mas um território vivo que exige planejamento intencional.



Antes de ir ao pátio

- Combinar cuidados básicos como acordos (não regras rígidas);
- Observar o espaço: o que a natureza trouxe hoje?
- Planejar tempo suficiente para experiências profunda.



Durante o uso

- Observar sem interromper;
- Registrar falas, gestos e invenções;
- Intervir apenas para segurança ou ampliação da experiência.



Depois do pátio

- Retomar com as crianças o que descobriram;
- Documentar vivências (desenhos, fotos, relatos e objetos).

Possibilidades Pedagógicas no Pátio

Um diálogo constante com a matéria, onde a aprendizagem floresce de maneira orgânica.



Exploração sensorial

- Texturas da terra, madeira e água;
- Cheiros e sons da natureza.



Investigação

- Observação minuciosa de insetos e plantas;
- Comparação de tamanhos, pesos e formas.



Brincar Simbólico

- Troncos viram barcos, casas, animais;
- Areia vira comida, estrada, construção.



Interações Sociais

- Negociação de brincadeiras;
- Cooperação espontânea e resolução de conflitos.



A Matéria Bruta Ganha Vida

Os elementos presentes nos pátios permitem que a criança utilize sua imaginação de forma mais potente, por não terem uma função predefinida.

A natureza como
ferramenta de
imaginação.



Troncos viram animais.



Areia e folhas
tornam-se alimento
no brincar.

Segurança e o Valor do “Risco Calculado”

“Para ser eficaz, uma atividade pedagógica deve consistir em ajudar a criança a avançar no caminho da independência.” Maria Montessori



O pátio naturalizado envolve riscos calculados, fundamentais para o desenvolvimento:

- Cair, escorregar e sujar-se fazem parte do processo de aprender os limites do próprio corpo;
- Cabe ao adulto garantir a segurança sem impedir a experiência;
- O excesso de proteção também empareda a infância.

Famílias: de Estranhamento a Pertencimento

A roupa suja é sinal de experiência. O contato com a terra é contato com a vida e com o aprendizado real.

O Desafio (Possíveis Estranhamentos):

- Roupas sujas e contato com a terra;
- Ausência de brinquedos de plástico tradicionais.



Estratégias de Parceria:

- Reuniões explicativas claras;
- Momentos de vivência das famílias dentro do pátio;

Compartilhamento constante dos registros pedagógicos das crianças.

A Sustentabilidade do Pátio Vivo

Manter o espaço é um ato de cuidado contínuo com o projeto pedagógico e com a estética.

Os elementos do pátio não são estáticos; **são vivos e expostos ao desgaste natural**. Para garantir que o cenário continue sendo um convite à imaginação, o educador deve priorizar:



 **Reorganizar elementos em conjunto com as crianças;**

 **Substituir materiais naturais quando necessário;**

 **Evitar a “plastificação” e a artificialidade do espaço;**

 **Manter a estética e a intencionalidade de cada canto.**

Uma Mudança Definitiva de Paradigma

O pátio naturalizado exige coragem para desaprender o controle e sensibilidade para aprender com a natureza.

O Pátio Naturalizado não é:

- ✗ Um modismo passageiro;
- ✗ Um cenário de recreação.

O Pátio Naturalizado é:

- ✓ Um território de infância;
- ✓ Um currículo vivo e em ação;
- ✓ A expressão concreta de uma criança potente e sujeita de direitos.